



MUNICÍPIO DE ARGANIL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata n.º 03

Sessão Ordinária
da
Assembleia Municipal
realizada
em

27 de Junho de 2015



Assembleia Municipal

ATA N.º 3

-----Ao vigésimo sétimo dia do mês de Junho do ano de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas dez horas, a Assembleia Municipal de Arganil, sob a Presidência do Senhor Avelino de Jesus Silva Pedroso, Secretariado pelos Senhores Deputados António Gonçalves Cardoso e Fernanda Maria de Almeida Figueiredo Dias na qualidade de 1º e 2º Secretário, respectivamente.-----

-----Seguidamente o 2º Secretário procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos:-----

SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS ELEITOS:

-----Arménia Maria Morgado Coimbra, Eugénio Tavares Fróis, Luís da Silva Moreira Gomes, António de Oliveira Simões, Cristina Maria de Almeida Jorge de Figueiredo, Luís Miguel das Neves Campos Almeida, Horácio Lisboa Afonso, António João Lopes, Fernando José Ribeiro Cavaleiro da Maia Vale, Paulo Jorge Marques Amaral, Patrick Wend Dias da Cunha, Fernanda Maria Marques Martins Pacheco, Ana Rita da Silva Gonçalves, Rui Martins Portugal.-----

SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS COM ASSENTO:

----- Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, José António Gomes Costa, representante do Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Paulo André Almeida, Presidente da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, António Manuel



Assembleia Municipal

Antunes Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, João António Travassos Nunes, Presidente da Junta de Freguesia de Benfeita, Alfredo Oliveira Gonçalves Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa, Maria do Rosário Oliveira, Secretário da Junta de Freguesia de Folques, Paulo Batista, Presidente da Junta de Freguesia de Piódão, Ricardo Lopes Pacheco, Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Armando Nunes do Nascimento, Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Ermelindo Carmo Ventura, Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, Rui Miguel Santos Almeida Franco, Presidente da Junta de Freguesia de Secarias, Leonel da Conceição Costa. -----

----- Também estavam presentes o Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves, e os Senhores Vereadores Maria da Graça Lopes, António Sêco e Eduardo Miguel Ventura.-----

----- O 2º **Secretário** deu conhecimento das justificações das faltas do Senhor Deputado Mário Pereira Gonçalves, Rita Gaspar Marques, Elisabete Oliveira, Carla Rodrigues e Luis Moura bem como a substituição do Presidente da União da Freguesia de Folques e Cerdeira que se encontram anexas a esta acta. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Do público presente a assistir à sessão da Assembleia Municipal, inscreveram-se três pessoas, o senhor Bruno Santos, o senhor Fernando Melo. -----

----- Após os esclarecimentos feitos por parte do **Senhor Presidente da Assembleia, Avelino Pedroso**, teve a palavra o **senhor Bruno Santos** que começou por cumprimentar todos os presente e de seguida referiu “ parte das pessoas aqui presentes não me conhecem. Eu nasci numa aldeia da freguesia de Arganil e do Concelho. Chamo-me Bruno Santos e tenho uma empresa de construção civil há quinze anos e outra de outro ramo à cerca de três anos. Eu não venho aqui para expor a



Assembleia Municipal

minha vida particular, venho só para contar dois episódios que estão a decorrer e que me estão a deixar bastante preocupado. -----

----- Há cerca de quatro anos e meio um senhor foi abordado pelo Município para demolir um edifício que estava em perigo para a via pública. Demolir ou apresentar um projeto. -----

----- O senhor decidiu fazer um projecto que entregou a uma entidade competente, a entidade elaborou o projecto e entregou este alguns dias depois dos quarenta e cinco dias atribuídos e o senhor foi autuado com uma coima que é absolutamente normal. De seguida procedeu à demolição do edifício, fui eu que a fiz como construtor e de seguida procedeu à construção do edifício. -----

----- Para construir o edifício foi preciso uma licença de ocupação de via pública que foi cedida pelo Município, foi devidamente paga, não questiono as taxas, não foram baratas, foi devidamente paga. Cinco dias depois da via estar ocupada, fui contactado que tinha que retirar tudo porque ia ser feito o pavimento na via. Fico triste por o Município não saber que estava a obra adjudicada. -----

----- Eu recusei-me a retirar e procedi com a obra até ser acabada. Ao fim da obra acabada procedeu-se a um projecto de alterações derivado a alguns erros que iam no projecto e que estão aí no projecto inicial. Eu não os vou questionar, foi metido um projecto de alterações e este projecto novamente foi aprovado, a minha indignação é que se veio a descobrir que na hora de se pedir a licença de utilização e estamos a falar de uma propriedade horizontal, não era possível constituir a propriedade horizontal porque aquilo seria uma fracção indivisa de um quinto de um edifício. Procedeu-se à solução desse problema e passo seguinte é que vêem alegar que são precisos X lugares de estacionamento. Sei que a Câmara não teve culpa e que foram outras entidades que cá vieram. Se calhar se tem sido visto, os lugares de estacionamento estariam lá. Eu não quero ser aqui mal interpretado, os lugares de estacionamento estariam lá quando o primeiro projecto aqui chegou se calhar não houve o devido acompanhamento para o facto. A minha indignação é que agora, isso já foi debatido e tive uma reunião com o Senhor Presidente, vieram dizer que havia um problema com a pavimentação da estrada. Eu sempre assumi a pavimentação da estrada, o proprietário recebeu duas cartas e uma delas até tinha que ir para mim porque ia em meu nome mas foi para casa do proprietário mas tudo bem. -----

----- Eu fico triste porque nasci neste Concelho e levei o nome de Arganil a muito lado e ver algumas coisas que se estão a passar, a minha indignação e a minha revolta de estar aqui hoje porque sobe há pouco tempo que esta reunião acontecia e fiz todos os esforços para aqui estar. Porque eu velo essas situações a passar, a carta chegou-me hoje à mão, eu nunca questioneei que não pagava a



Assembleia Municipal

pavimentação da estrada muito embora tudo o que a Câmara me pediu para lá para aquela obra eu fiz devidamente, até uns sinais que a Câmara me pediu para lá colocar eu coloquei e depois a Câmara antes de acabar o prazo os funcionários da Câmara retiraram os sinais e os sinais nunca mais apareceram mas isso são pormenores. -----

----- Eu questiono o porquê disto uma vez que eu nunca fui visto neste Concelho para nada, a minha empresa nunca serviu para nada neste Concelho, eu questiono o porque disto quando nós temos a três quilómetros, quatro quilómetros daqui quatro a cinco casas a serem construídas de raiz sem projecto, sem licença, com areia retirada do rio, muros a crescerem para o meio da estrada que ainda à quinze dias três semanas uma pessoa lá teve um acidente porque lá foi o INEM buscá-la por o muro estar a crescer para o meio da estrada. Pergunto só se é por ser eu ou se será regra geral ou se nós temos que falar todos a mesma língua. Peço desculpa pela minha indignação porque eu até sobe que as coisas já estão a decorrer, este processo já está um pouco avançado, mas já passaram cerca de quatro anos e meio e eu tenho algum dinheiro a render nesta situação toda embora não tenha culpa nenhuma mas o proprietário entendeu que tinha lá uma clausula que só quando tiver licença de utilização é que paga ao empreiteiro e eu também derivado à idade avançada do senhor que eu respeito e deveria ser respeitada também por este município não passando por cima de nada mas deveria ser devidamente respeitada. Porque eu sou daqueles que no dia que tive que fazer um cartão de cidadão e por motivos de saúde e familiar e por motivos de vida profissional me tive que deslocar para a sede de Distrito, a coisa que mais me custou foi fazer um cartão de cidadão e pertencer à Assembleia de Freguesia de Arganil e estar numa mesa de Junta de freguesia e ter que me deslocar a São Paulo de Frades para ir exercer o meu direito de cidadão. Foi uma das coisas que me custou e andar com o nome de Arganil pelo Mundo fora como eu já andei muita vez e de representar tanta colectividade deste Concelho e como fui catorze anos bombeiro, custa-me às vezes ver coisas que eu sei que algumas não são totalmente da competência do Município mas ver o que está acontecer aqui a quatro quilómetros onde estão a ser feitas quatro casas com areia extraída do rio até com máquinas que eram da Câmara. Peço desculpa se me excedi, obrigada”. -----

----- Usou da palavra o **senhor Fernando Melo** que começou por cumprimentar todos os presente e de seguida referiu “ o que me trouxe cá lamentavelmente é um processo que já se arrasta de Outubro de dois mil e treze, já lá vão dois anos. Portanto o meu vizinho fez lá um muro, não cumpriu com os regulamentos, a Câmara por sua vez e muito bem obrigou-o a cumprir, o último ofício que aqui tenho da Câmara assinado pelo senhor Presidente, dá-lhe um prazo e isto foi já em dois mil e treze e o



Assembleia Municipal

muro continua na mesma. O Muro tapa-me o sol, tenho lá o quintal e faz sombra e gostava que resolvessem esse problema. Houve uma reunião marcada com o senhor Vice-Presidente em Janeiro, formulou-se o ofício e já estamos agora em Julho e não obtivemos resposta. Não sei se quer entrar no esquecimento ou se estão a aguardar por alguma situação. Era só, obrigada”.-----

-----Teve a palavra o **senhor engenheiro Francisco Moreira** que começou por cumprimentar todos os presentes e referir, “eu venho falar sobre o PDM e sobre a Industrialização de Arganil. No que respeita ao PDM várias vezes fui à Câmara e várias vezes vim a esta Assembleia em que não fui devidamente ouvido e finalmente a Câmara envia-me um projecto com uma zona de expansão da fábrica e com uma zona de protecção e eu acalmei, ok acederam ao meu pedido. -----

-----Na última reunião de Câmara fui informado verbalmente que a zona de protecção não tinha sido concedida e a zona de expansão sim, eu já não sei e não tenho confiança nenhuma na Câmara desde sempre porque a Câmara nunca respeitou os seus compromissos de modo nenhum, não vale a pena estar a dizer, são N e como eu reclamo sou perseguido. Não há direito, mais uma vez digo nesta Câmara, que não há direito. E vinha dizer que esta Assembleia, todos vós vão ser responsáveis pelo futuro de Arganil, porque o PDM está no futuro de Arganil. Só se fazem bons projectos e bons PDM, não é uma questão de trabalhar intensamente dez anos como foi dito na última reunião de Câmara, é uma questão de trabalhar com pessoas competentes, sejam elas quais foram e que resolvam os problemas. -----

-----Em relação à fábrica eu tenho uma pequena experiência, muito pequena, a desculpa que toda a gente vai dar é que à uma crise internacional ou que à não sei quantos. A nossa fábrica apesar de ser perseguida pelo grupo de Arganil, que eu chamo grupo de Arganil que eu sei bem quem são as pessoas durante anos, conseguiu investir, crescer. Neste momento em cada cinco automóveis, euro cinco e euro seis que são os últimos, três têm peças no motor, feitas em Arganil. Para os nossos operários é um orgulho, para mim também, mas para Arganil não é. Saber que há uma empresa que tem crescido, que só vende para o exterior, o que cria muitas invejas, com o valor acrescentado que eu pedi agora à CCDR para me enviar, é dos maiores valores acrescentados do país nas exportações, não é volume de vendas, é valor acrescentado, acham bem sermos perseguidos. Eu sei que há pessoas que falam muito bem, dizem coisas muito bonitas, mas falar é uma coisa fazer é outra. Nós não fomos ouvidos nem achados em nada, fomos colocados naquela zona pela Câmara de Arganil, foi-nos prometido uma zona de expansão e foi-nos prometido que não colocariam à volta da



Assembleia Municipal

nossa fábrica outras fábricas poluentes, entretanto surgiu a ideia genial de irem para a relvinha que no fundo é bom porque está a industrializar o nosso país, mas é melhor para tábua do que para nós. ----

-----Eu estou em Arganil defendo Arganil, não defendo Tábua e tenho defendido melhor do que ninguém penso eu, está claro que politicamente posso não ser muito correto porque não me interessa, interessa-me sim é defender Arganil. Acho muito triste que uma empresa como a nossa, eu próprio com experiência muito grande porque exportamos para os Estados Unidos, para a China, agora para a Turquia, para França, Itália, Suíça. Porque é que em Portugal conheço poucas indústrias, sobretudo na Suíça conheço muitas, alguma pessoa que fez o PDM, algum dia se deu ao cuidado do que se faz lá fora? A mixórdia que há na Relvinha eu não a vejo em lado nenhum, fábricas de enchido misturadas com fábricas que fazem poeiras, misturada com fábricas que fazem produtos alimentares que é isto, com vibrações no terreno que por exemplo a nós não nos permitiriam fazer medidas com rigor como fazemos. -----

-----Temos uma fábrica que fornece as melhores marcas de automóveis da europa e do mundo, neste momento ganhámos a Chrysler, parte da Chrysler nos Estados Unidos. Eu penso o que é isto, porque é que nos atacam, porque é que fazem um PDM, para que é que interessa um PDM, servem-se do PDM como uma bandeira de vitória, o que é que ganharam? Vamos ver no futuro o que vão ganhar, eu olho para o PDM e no que diz respeito à indústria é um crime o que está aqui, é mau, não é bom para Arganil, mas é a minha opinião. Agora no que respeita, não havendo indústria, não é comércio no Concelho, como é que se criam postos de trabalho, como é que esses postos de trabalho e essa indústria dá origem ao comércio e esse comércio depois dá origem às tais construções das casinhas. Não, para ganhar votos toda a gente pode construir, quer dizer não pode ser, o PDM não pode ser uma arma política, é uma arma de desenvolvimento da região, eu peço-lhes a todos que defendam Arganil e vamos ver o futuro porque o passado já provou o que é que fizeram. De vinte e um mil habitantes estamos em doze, qualquer dia o Presidente da Câmara é Presidente da própria Câmara, não tem ninguém à volta, ou se não passamos a ser uma freguesia de Oliveira do Hospital ou de Tábua. Quando eu vim para Arganil, Arganil batia-se por ser o quarto Concelho do Distrito, neste momento está em décimo primeiro pelas minhas contas, porque eu analiso as coisas. Tenho uma estratégia, Tábua está em terceiro, á desculpas, Tabua é não sei o quê mas está em terceiro, cuidado...no meu tempo quantos postos de trabalho havia quando o senhor entrou para a Câmara, quantos há hoje, não sabem. Quantas pessoas têm Arganil ao certo. Não se pode decidir nada sem ter elementos, os operários de Arganil para não virem com desculpas, são dos melhores, nós só exportamos porque temos bons operários, e só exportamos porque temos boa formação e temos boa formação, muitíssimo boa porque temos uma formação interna. -----



Assembleia Municipal

----- Em princípio obrigam-nos a fazer coisas, nós crescemos e estamos num patamar que os outros ainda lá não chegaram, portanto porque é que nos atacam? Deviam ajudar-nos a defender. Muito Obrigada”. -----

----- Usou da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia, Avelino Pedroso**, “para referir que relativamente a uma das questões que focou, que é a produção da sua empresa e a representatividade que tem em valor acrescentado mas sobretudo também na incorporação em marcas com o valor que acabou de referir, é só para dizer que, como presidente da Assembleia, tenho muito orgulho em que uma empresa de Arganil, tenha esse desempenho e da minha parte as minhas felicitações e certamente que serei acompanhado pelos outros deputados”. -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves**, que começou por cumprimentar a mesa, os senhores deputados municipais, os senhores vereadores, a equipa técnica, a comunicação social, o público e saudar as participações do público, para de seguida proferir, “relativamente às questões suscitadas pelo senhor Bruno Santos, dizer que este processo envolve alguma complexidade e não se resume apenas à questão da pavimentação que sabemos que se resolve com relativa facilidade. -----

----- No âmbito de uma auditoria, a Inspeção Geral de Finanças, fez um conjunto de recomendações que tiveram que ser atendidas e que também incidiam sobre este prédio. Esse processo a Câmara teve ocasião de apresentar o seu contraditório e apresentar também as diligências que entretanto tinha feito, e o processo ainda não está totalmente concluído mas também este processo do Plano Director Municipal, ajudará a fechar o processo. Era esta nota que gostaria de dar, lamentando o tempo excessivo que este processo levou, mas de facto não foi possível concluí-lo antes pelas razões que acabei de explicitar. -----

----- Relativamente ao senhor Fernando Melo, eu conheço o assunto na sua fase inicial, ele agora tem vindo a ser acompanhado pelo senhor Vice-presidente que tem a área das obras particulares, eu vou fazer um ponto de situação do processo e depois poderemos voltar a falar no sentido de procurar que ele se conclua, porque também reconheço que é um processo que já tem algum tempo. -----



Assembleia Municipal

----- Quanto à intervenção do senhor engenheiro Francisco Moreira, já tive ocasião de lhe responder, porque na essência a sua intervenção é semelhante àquela que fez na reunião de Câmara na passada terça-feira, apenas dizer e agora falo não apenas pelos mandatos em que sou presidente de Câmara, falo pela Câmara Municipal e naturalmente tenho a obrigação de a defender e defender todos aqueles que exerceram funções na Câmara Municipal. Sei que a Câmara Municipal teve sempre para com as empresas do concelho uma perspectiva colaborativa e uma perspectiva de ser parceira no seu crescimento e não aceito que possam ser feitas considerações sobre a actuação da Câmara Municipal quer deste executivo quer dos anteriores sejam eles eleitos pelo partido social democrata sejam eles eleitos pelo partido socialista, aquilo que sei é que sempre a Câmara Municipal procurou fazer o melhor no sentido do desenvolvimento industrial do concelho. -----

----- Sobre a questão dos rankings não sei de que indicadores estava a falar, mas posso-lhe dizer naquilo que diz respeito ao número de empresas criadas face ao número de empresas dissolvidas, em dois mil e treze era três para um e colocava-nos em segundo lugar na CIM Região de Coimbra. Se estamos a falar das exportações, o volume de exportações era quatro vezes superior ao volume de importações em dois mil e treze e colocava-nos em segundo lugar na CIM Região de Coimbra, portanto temos que saber daquilo que estamos a falar nomeadamente de que indicadores é que estamos a falar. Basicamente, senhor Presidente era isto que queria dizer, dizendo apenas uma pequena nota relativamente ao PDM. As reclamações que foram apresentadas pelo senhor engenheiro Francisco Moreira, relativamente à questão industrial, a Câmara atendeu essas reclamações e solicitou junto das entidades competentes que elas fossem concretizadas e julgo que foram concretizadas na dimensão que se pretendia. Relativamente à sua casa de habitação, defendemos também a sua posição, mas não foi possível junto das entidades, nomeadamente junto da CCDR e da DRAP Centro. -----

----- Teve a palavra a **senhora Deputada Arménia Coimbra**, que começou por cumprimentar todos os presente e de seguida referiu, “eu não quero de modo algum fazer qualquer aproveitamento partidário no sentido de a bancada do partido socialista querer aproveitar estas três intervenções para poder até começar por dizer, hoje quase não era necessária qualquer oposição ao executivo, não quero com isso fazer, quero apenas dizer o seguinte, que me parece que deve ser dito ao senhor Presidente da Câmara, as respostas que deu aos três munícipes, afiguraram-se-me parcas e não consubstanciadas, sem substância, isto porquê? É muito importante nós pensarmos que este momento da intervenção do público, é um momento muito importante, é quando o público tem



Assembleia Municipal

oportunidade de usar da palavra e o que aqui se ouviu hoje, foi uma queixa a que tem direito neste Órgão sobre o funcionamento do executivo, as duas primeiras. E relativamente a quê, o senhor Presidente confessou com humildade disse que houve lentidão nos processos, mas é preciso estarmos todos atentos a que os dois primeiros munícipes do que se cacharam é da falta de atenção personalizada, pessoal e casuística. O senhor Bruno até pode não ter razão do ponto de vista formal, estou certa que a Câmara deve ter desencadeado um procedimento legal, deve ter atuado legalmente, deve ter-lhe exigido as licenças que eram de exigir, deve-lhe ter imposto os comportamentos e as coimas que eram de aplicar, com certeza que agiu legalmente, do que o senhor se queixa é da falta de atenção enquanto munícipe residente e nascido em Arganil e investidor e trabalhador em Arganil e é isto que todos nós temos que estar sempre atentos no sosso quotidiano nas nossas funções e a Câmara deverá dizer a este munícipe que o caso dele deve então ser atendido e tratado. -----

----- Provavelmente os serviços estão a funcionar como uma grande máquina burocrática e administrativa como funcionam e que nos meios pequenos sobretudo como é o nosso e como disse e bem o engenheiro Moreira, de vinte e um mil habitantes passámos para doze mil, não é perder muito tempo dando atenção ao caso concreto, registo que lamentou senhor Presidente o tempo excessivo, mas deveria ter criado um pouco mais de expectativa legítima que tem o senhor Bruno e o senhor Fernando Melo a que os casos deles sejam atendidos e sejam tratados com igualdade, não vou descorar que o senhor Bruno disse e o senhor Presidente a isto não se referiu penso eu, que há quatro construções que estão a ser executadas sem o rigor e o cumprimento legal que àquela construção que ele referiu foi imposto. -----

----- Devemos portanto aceitar todos nós enquanto membros deste Órgão, estas oportunidades para melhorar as nossas actuações e senhor Presidente da Assembleia digo-lhe, a mim não me repugna que estes senhores possam usar mais cinco minutos e também censurar um pouco a sua advertência, que ao fim de um minuto mais do que o tempo que lhe é permitido, já lhes tenha dito, já vai em seis ou sete minutos. Senhor Presidente da Assembleia gastamos nós aqui autarcas tanto tempo a repetir como eu estou provavelmente agora a repetir-me, que a mim não me custa que estes munícipes em vez de cinco, tenham dez, porque em vez de três podiam ser vinte e aí seriam então vinte cinco minutos e só foram quinze, portanto sejamos mais tolerantes, estamos no tempo deles e nós temos tempo para isso, estamos a ser cada vez menos portanto temos que ter mais tempo para aqueles que vão desistindo aqui. -----



Assembleia Municipal

----- Ao senhor engenheiro Moreira, eu direi que aceito as suas críticas e aceito também enquanto autarca que já fui desta Câmara durante muitos anos, o senhor tem toda a razão no sentido que deve exigir-nos a todos mais atenção e mais cuidado. Não digo como disse o senhor Presidente, que eu não aceito as sua críticas, eu aceito-as e tenho que as aceitar e tenho que as dissecar e sobre elas reflectir, por isso irei estar atenta no ponto próprio para as questões que aqui levantou e dizer-lhe também a si como já disse o senhor Presidente da Assembleia Municipal e faço minhas as suas palavras, temos todos muito orgulho em que aqui se mantenha ao longo destas décadas e temos muito orgulho em que a sua produção seja reconhecida e pioneira e que agora tenha ainda ganho mais esta marca para as componentes que produz. Irei estar atenta, irei pedir os esclarecimentos próprios, provavelmente senhor Presidente na altura do ponto da discussão também poderá dizer mais alguma coisa. -----

----- Eu não ouvi qualquer referência sua à sua casa de habitação mas percebi que também haverá algum problema, mas penso que o senhor só aqui apresentou a questão da fábrica e não da casa, por isso acho que deve ser uma questão à parte, foi trazida ali sem termos de resposta, terei que entender porquê. Muito obrigada”. -----

----- Foi dada a apalavra ao **senhor Deputado Fernando Vale**, “na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal, gostaria de cumprimentar todos os presentes e não sei se será agora o momento oportuno ou se na ordem do dia e perguntar qual a razão por que a facha de protecção à fábrica SOL ALVA que inicialmente tinha sido garantida, não foi concedida e a expansão sim. Gostaria de enaltecer e valorizar o percurso do senhor engenheiro Francisco Moreira e da fábrica SOL ALVA que tem trazido um grande contributo à Arganil que me orgulho e prestigiam o nosso concelho e é com alguma tristeza que eu vejo que o trabalho e a dedicação que um homem destes coloca na sua industria, lhe traga mágoas relativamente ao acompanhamento e ao carinho que lhe deve ser dado por parte das instituições, nomeadamente da Câmara Municipal. Gostaria muito de prestar aqui um louvor ao trabalho do senhor engenheiro Francisco Moreira, à Fábrica SOL ALVA, pelos postos de trabalho que cria, pelos postos de trabalho que mantém, pelo orgulho que trás a Arganil, pelo prestígio que trás a Arganil e pelo valor acrescentado que as suas peças produzem e a grande satisfação que isso dá a todos os munícipes. -----



Assembleia Municipal

-----Relativamente à questão dos valores e dos índices, há aqui trocas... eu gosto muito de me basear em valores que são dados pela PORDATA e a PORDATA, não acompanha os valores que o senhor Presidente aqui nos trouxe. -----

-----Em Arganil em dois mil e catorze houve dezasseis sociedades constituídas e houve três sociedades dissolvidas, portanto não acompanha esses valores que o senhor Presidente disse. O número de sociedades constituídas está a diminuir de ano para ano. Foram dezasseis em dois mil e catorze, foram vinte e uma em dois mil e treze e vinte e quatro em dois mil e doze. -----

-----Portanto dois mil e doze tínhamos vinte e quatro sociedades constituídas no concelho de Arganil e dois mil e catorze temos dezasseis, não há um aumento, há uma diminuição e houve treze sociedades dissolvidas no ano dois mil e catorze, sete dissolvidas no ano dois mil e treze e quinze dissolvidas no ano dois mil e doze. Relativamente á taxa de emprego em dois mil e um era de quarenta e sete vírgula sessenta por cento em dois mil e onze era trinta e nove vírgula setenta, portanto a taxa de emprego está a diminuir e continua a diminuir senhor Presidente, portanto reveja os seus números”. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia, Avelino Pedroso** para relembrar que “temos um ponto específico para a discussão do PDM e temos aqui a comissão técnica que poderá dar alguns esclarecimentos adicionais que eventualmente sejam pertinentes e por outro lado também temos aqui um dos pontos da ordem de trabalhos da Assembleia que é assuntos de interesse para o Município. -----

-----Posto isto e relativamente à senhora Deputada Arménia Coimbra, era apenas para referir que nós temos um regulamento que rege os trabalhos da Assembleia, nesse mesmo regulamento tipifica as intervenções do público e naquilo que concerne as intervenções do público, refere quais os procedimentos. Há uma questão, a intervenção do público será aquela que for necessária para expor os seus assuntos, obviamente que tem este período dos tais cinco minutos no sentido de permitir que se houver muitas intervenções elas possam ser efectuadas e todas as pessoas possam ter oportunidade de apresentar os seus problemas. Por outro lado também como é referido, não se esgota nesta intervenção aqui, os esclarecimentos ao público como foi referido, eles poderão ser esclarecidos adicionalmente por outros meios e junto dos serviços técnicos específicos. -----



Assembleia Municipal

----- Acresce ainda que nunca ninguém aqui foi impedido de usar da palavra nem de expor as suas ideias, por outro lado, também é meu dever e minha função, ter este papel de regulador nas intervenções naquilo que eu já referi, que temos que dar oportunidade a que todas as pessoas exponham as suas ideias e consigam evidenciar quais são os seus pontos de vista, isso penso que poderá ser feito no período que já referi. -----

----- Também e neste aspecto, acho importante que em próximo regulamento, atendermos e apresentarmos propostas que mais se coadunem com aquilo que é o nosso entendimento e aquilo que poderá evidenciar e resultar no melhor benefício para os nossos cidadãos”. -----

----- Teve a palavra o **senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves**, para apenas dizer que “dos valores em que mais acredito na política e na vida, em autenticidade, a genuinidade e a independência face a pessoas e situações. Dito isto quero saudar a presença dos munícipes que vieram apresentar os seus problemas, problemas que nós compreendemos e dizer que não admito e não aceito que possa alguma vez ser posta em causa os princípios de tratamento de igualdade e de equidade que esta Câmara Municipal tem para com os seus munícipes. -----

----- Nós relativamente a estes processos, como disse e volto a reiterar têm sido algo demorosos, ouve sempre da parte da Câmara uma postura de diálogo e de falar com os munícipes sobre os assuntos que têm vindo a ser tratados, contrastando até com alguma atitude de pouca abertura e de quase que encerramento das portas da Câmara para tratar destes problemas com os munícipes. Portanto rejeito veementemente esta insinuação de que a Câmara não estará atenta aos problemas dos munícipes e não tratará os munícipes de uma forma igual e respeitando o princípio da equidade.

----- Relativamente ao senhor Deputado Fernando Vale apenas dizer-lhe que é precisamente no PORDATA que encontramos este dado que em dois mil e doze que o número de empresas criadas no Concelho foi três vezes superior ao número de empresas dissolvidas e já agora também uma pequena nota porque julgo que também estes órgãos devem ser também pedagógicos, a taxa de desemprego calcula-se pelo número de desempregados a dividir pela população activa, não pela população total. Se verificar a evolução do desemprego no Concelho nos últimos meses, certamente constatará que chegou a atingir os setecentos desempregados e os últimos dados que são dados de Maio, temos quatrocentos e quarenta e oito desempregados. Também aí pode ver a evolução decrescente do desemprego no Concelho, aliás como tem sucedido no país, muito obrigado senhor Presidente”. -----



Assembleia Municipal

----- Pediu a palavra o **Senhor Deputado António João Lopes** para dizer, “o Fernando Vale referiu que queria ser esclarecido quanto à não atribuição da zona de protecção, e essa resposta não foi dada, eu gostaria de saber porque é que não foi concedida a zona de protecção há fábrica do engenheiro Moreira, e se inviabiliza a expansão da mesma fábrica, obrigado”. -----

----- Explicou o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Avelino Pedroso**, “como já referi há um ponto específico para este tema e então terá oportunidade de colocar a questão”. -----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1- Leitura do expediente. -----

----- Teve a palavra o **Senhor 1º Secretário da Assembleia Municipal, António Gonçalves Cardoso**, para **fazer a leitura da** correspondência recebida. -----

----- De todo o expediente recebido, que está arquivado na devida pasta, teve destaque a proposta apresentada pelo Senhor Deputado António João Lopes, tendo sido lida a propostas número vinte e sete que se encontra anexa à presente acta. -----

----- **Proposta número vinte e sete:**-----

----- “Tendo em consideração os preliminares legais em anteriores propostas e lamentando a pouca atenção dada às mesmas, não encontrando tempo para debate, apresento para a próxima Assembleia a proposta vinte e sete da CDU. -----

----- Tendo em atenção o esforço para incrementar o Turismo, devido à inovação do projeto. -----



Assembleia Municipal

----- Considerando que o Ambiente pode ser melhorado, tendo em conta o arejamento e ventilação na água. -----

----- Embora o consumo de energia possa ser algum, há possibilidade de melhorar a gestão desta no Município. -----

----- Proponho que seja instalado, no rio Alva, confluência com a ribeira da Mata, em Coja, um Repuxo que suba até ao nível das Pontes. -----

----- Investimento, ritmo de funcionamento, iluminação, etc, são aspectos a serem debatidos pelas posições políticas da AM. Em S. Pedro do Sul há um equipamento desta natureza, onde podem ser recolhidas informações”. -----

----- Esta proposta foi remetida ao Senhor Presidente da Assembleia que por sua vez a remeteu ao Executivo e que nos deu a seguinte resposta: -----

----- “Acusamos e agradecemos o envio da proposta do Senhor Deputado Municipal da CDU, Eng. António Lopes. -----

----- Consideramos, no entanto, que no quadro actual de dificuldades económicas e financeiras que o país atravessa, que existem outras prioridades. -----

----- O citado projecto implica um elevado consumo de energia e, conseqüentemente, custos associados demasiado elevados”. -----

----- Esta foi a resposta que foi recebida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e que será depois comunicada ao proponente”. -----

----- Pediu a palavra o **Senhor Deputado, António João Lopes** que referiu, “sabendo nós que esse termo “custos exagerados” pode ser vinte euros ou pode ser vinte mil, ou duzentos mil, eu gostava de saber, o que são custos exagerados a que chegou a pessoa que fez os cálculos”. -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves**, para explicar “o custo aqui mais significativo é o custo da manutenção e da gestão do equipamento, que de facto é



Assembleia Municipal

elevadíssimo. Imaginem o que é ter vinte e quatro sob vinte e quatro horas, uma bomba a funcionar no rio para apenas termos um jacto de água. Eu julgo que temos outras prioridades, é essa a nossa perspectiva e num tempo em que falamos de eficiência energética, num tempo em que falamos de redução de emissões de carbono, estar a fazer um investimento destes quando há e todos conhecemos, que temos tantas coisas para fazer mais importantes para as populações, eu julgo que a proposta não merece acolhimento por essa razão”. -----

2 – Discussão e Votação da Acta da Sessão nº2 realizada no dia 25 de Abril de 2015. -----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, a acta foi colocada à votação, sendo aprovada pela maioria, com uma abstenção do Senhor Paulo Baptista, secretário da Junta de Freguesia de Folques. -----

3 – Assuntos de interesse para o Município. -----

----- Teve a palavra o **Senhor Deputado António Lopes** para dizer “eu volto a por a questão, dado que para a empresa do Eng. Moreira não foi concedida a zona de protecção, eu não sei o que implica isto”. -----

----- Interveio o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Avelino Pedroso**, para explicar que o ponto relativamente ao PDM é o ponto número três do Período da Ordem do Dia e todos as intervenções relacionadas com este assunto deverão ser feitas nessa altura, uma vez que poderão ser melhor esclarecidas devido à equipa técnica poder responder. -----

----- Continuou o **Senhor Deputado António Lopes** “quanto a Saúde, eu entreguei um baixo-assinado antes das últimas eleições autárquicas em que se referia a dificuldades da população idosa



Assembleia Municipal

da zona de Pombeiro para vir ao médico fazer análises e regressar a casa. Eu gostaria de saber se foi feito alguma coisa semelhante àquela que existe na zona de Coja, Benfeita, Cerdeira, ali pela serra, em que há uma viatura em que nuns determinados dias, leva as pessoas ao posto de saúde, isto era para a zona de Pombeiro. -----

----- Na área de saúde fui informado que os hospitais dos Covões e Sobral Cid, iriam fechar como já aconteceu com o do Lorvão. -----

----- Gostaria de saber se isto é apenas conversa ou se é realidade.-----

----- Quanto a Ambiente, já referi várias vezes ou pelo menos duas vezes que a ribeira que vem de Pinheiro de Coja desaguar no rio Alva junto ao moinho das rabaças que é perto daquela ponte nova Drº Fernando Vale, transporta na época do Verão águas residuais de Pinheiro de Coja, é evidente que isto é de Tábua, gostaria de saber se este ano isso já está resolvido. -----

----- Quanto a Conforto, julgo que devia haver melhor forma de podar as árvores da praça em Coja e podem fazer sombra logo em Maio e em Junho, mas como são completamente cortadas ficando apenas os tarolos de há vinte anos da árvore, para crescerem os ramos que fazem sombra, só em fins de Agosto. Logo proponho que o Município olhe para isso com mais atenção, para no próximo ano em Novembro em vez de cortar todos os ramos que cresceram nos últimos anos, deixe algumas pontas que permitam criar condições de maior conforto, semelhante ao que se passa aqui na Fonte Amandos, ao que se passa em Vila Cova ou em Folques, aqueles Plátanos são podados mas com outros princípios. -----

----- Quanto a Embelezamento e Turismo gostaria de saber como é que está o andamento relativo àquelas ruínas em Vila Cova que estão junto ao Convento porque qualquer dia aquilo cai dado a situação em que está. -----

----- Tenho agora mais alguns assuntos, mas dado que só tenho cinco minutos, reservo para o outro período de cinco minutos, obrigado”. -----

----- Foi dada a palavra à **Senhora Deputada Arménia Coimbra**, para proferir “...as pessoas que estão sob a minha dependência autoridade, nunca falham. Senhor Presidente, eu admito sempre que quem se queixa, poderá ter alguma razão, o que nós temos é que descobrir se a têm ou não têm, é o nosso dever e se não a tiver, esclarecer e ainda bem que não tem. Agora dizer como o Senhor



Assembleia Municipal

Presidente diz, eu nunca erro, é seu timbre o que é que eu posso fazer. Os munícipes precisam de uma esperança de que os casos que apresentam sejam ponderados e eu volto a dizer, quando aqui veêm, mesmo não sendo o local próprio é porque já esgotaram as outras vias como parece que esgotaram. -----

----- Indo ao concreto para o que eu pedi a palavra neste momento, como sabe todos nós em uníssonos estamos todos de acordo, as duas bancadas ou as três bancadas, temos mais uma, os Senhores Vereadores, todos, que o Teatro Alves Coelho merece o apoio, merece a atenção de todos nós, sociedade civil incluída. Sabemos que os esforços têm sido conjuntos, sabemos que as decisões tomadas têm sido no interesse público. Veio ao meu conhecimento, que está pendente uma acção judicial no Tribunal instaurada pela Santa Casa da Misericórdia há alguns meses, não tenho conhecimento dela nem tenho que ter, pessoal, mas enquanto Deputada, gostaria de tomar conhecimento. -----

----- Não sei que tipo de acção é, já pedi informação a quem deveria pedir, como me foi confirmado que estava, gostaria que o Senhor Presidente com rigor, informasse que tipo de acção é, que riscos corre e até quem mandatou e se possível eu gostaria de consultar essa acção judicial, gostaria de ter um conhecimento mais concreto no interesse do município porque ponho-me ao lado do Município nessa acção se V. Exm^a me quiser como testemunha, eu lá estarei entre aspas, naquilo dos factos que poder testemunhar, porque o que eu pretendo é que a Câmara faça as obras que tem a fazer, que a Câmara cumpra com o que tem a cumprir a bem do Município e independentemente de que um dia mais tarde ou ainda nesta Assembleia nos seja também dada alguma informação sobre o projecto de obras que já está em curso. Era tudo”. -----

----- Teve a palavra o **Senhor Deputado Fernando Vale**, que referiu “eu queria colocar duas questões. A primeira tem a ver com a Estrada Nacional trezentos e quarenta e dois, o Senhor Presidente da Câmara há algum tempo garantiu-nos que a Estrada Nacional trezentos e quarenta e dois iria ser beneficiada durante o ano de dois mil e catorze, o ano de dois mil e catorze passou e nenhuma obra foi executada na Estrada Nacional trezentos e quarenta e dois. Depois disse-nos que essas obras passariam para dois mil e quinze, já estamos a meio de dois mil e quinze e também ainda não se vislumbram quaisquer obras naquele traçado. Gostaria de saber se essas obras efectivamente e vão concretizar, agora é período eleitoral e até é possível que se concretizem,



Assembleia Municipal

gostaria de saber que informações é que o Senhor Presidente da Câmara tem relativamente a este assunto. -----

----- Segunda questão, na Assembleia Municipal de Fevereiro e porque veio ao nosso conhecimento através de informações e queixas de munícipes do Concelho de Arganil, que membros do Executivo Camarário, se deslocavam nas viaturas da Câmara em deslocações privadas e pessoais e tendo em conta a resposta que nos foi dada através do requerimento que apresentamos nessa Assembleia Municipal na qual o Senhor Presidente da Câmara Municipal diz que relativamente ao primeiro requerimento, “informamos que não existe em despacho ou deliberações emitidas sobre o assunto exposto”, gostaríamos de saber se tem ou não fundamento estas queixas que chegaram até nós através de munícipes do nosso Concelho. -----

----- Usou da palavra o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, João Travassos**, que começou por cumprimentar todos os presentes e de seguida referir, “ um pequeno apontamento que nos leva para o velho ditado, depois da casa roubada, trancas à porta.-----

----- Verificámos infelizmente esta semana, com o incêndio que começou na freguesia de S. Martinho da Cortiça e estendeu-se até à de Arganil e do Sarzedo e verificamos que no Maladão há ali a falta de uma estrada que saindo junto da casa da Dona Piedade vá até ao cabo do povo para numa ou outra ocasião que possa acontecer outro sinistro, esteja funcional e possa evitar que haja ali problemas nas casas que ficam adjacentes. Era só isso muito obrigado”. -----

----- Teve a palavra o **Senhor Deputado Luís Almeida**, que começou a sua intervenção por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa cumprimentou todos os presentes e de seguida saudou o Senhor Presidente de Câmara e na sua pessoa cumprimentou os restantes membros do executivo.-----

----- De seguida referiu “queria antes de mais prestar a solidariedade da bancada do PSD para com as populações das freguesias vítimas do incêndio florestal desta semana; -----

----- No entanto, apesar desse infortúnio ocorrido, permitam-me focar a minha intervenção para alguns aspectos positivos, nomeadamente vitórias recentes, que na minha opinião merecem distinção: -----



Assembleia Municipal

----- Ao nível associativo, queria aqui destacar e felicitar os clubes pelos sucessos obtidos ao nível desportivo, nomeadamente:-----

- a vitória da Taça de Encerramento pelos iniciados do Clube Operário Jardim do Alva; -----

- O Grupo Desportivo e Cultural de S. Martinho da Cortiça pelo título de Campeão Nacional de Futsal Sénior do INATEL;-----

----- Ao nível do Empreendedorismo, é de realçar a vitória do projeto FriendCap cuja criatividade e espírito empreendedor de um grupo de alunos do Agrupamento de Escolas de Arganil lhes valeu a vitória no Concurso Intermunicipal de Ideias de Negócio promovido pela CIM-RC, obtendo ainda um honroso segundo lugar no Concurso Regional;-----

----- Ao nível do Turismo e Ambiente, permitam-me salientar a classificação obtida pela Praia Fluvial da Cascalheira, em Secarias de Praia de Qualidade de Ouro dois mil e quinze, distinção obtida pela QUERCUS pela excelente qualidade da água; -----

----- Estes são sem dúvida, indicadores positivos e encorajadores para aqueles que diariamente lutam contra todas as adversidades, demonstrando com a sua capacidade de trabalho e engenho que é possível vencer e superar os desafios pela frente, obrigado”. -----

----- Foi dada a palavra à **Senhora Deputada Ana Rita Gonçalves**, que iniciou dizendo, “começo por cumprimentar todos os presentes na sala na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Arganil.-----

----- O assunto que aqui trago é acompanhado por um misto de sentimentos e passo a explicar. -----

----- Depois de efectuar a minha leitura habitual pelos nossos meios de comunicação, fiquei extremamente contente, e vem no seguimento aqui da intervenção do meu colega de bancada, sobre a notícia do galardão de ouro que distingue a qualidade da água na praia fluvial da Cascalheira. -----

----- Se este galardão distingue praias cuja qualidade da água é boa para a actividade recreativa e de lazer, também é muito positivo sendo alavancas para que o Turismo local assim como o comércio, tendão a subir. A qualidade da água é onde os organismos responsáveis têm pouca influência, independentemente das políticas adoptadas de preservação ambiental. Se temos a possibilidade de



Assembleia Municipal

partindo de uma água de boa qualidade para uso recreativo e de lazer, facilmente se compreende que onde podemos intervir, é ao nível das envolências, nomeadamente nos equipamentos e se não estou enganada, esta competência, e o senhor Presidente me irá dizer se estou enganada ou não, é da Câmara Municipal de Arganil. É aqui que entra o meu sentimento de tristeza e passo a explicar de uma forma muito concreta, no fim-de-semana passado, realizamos um piquenique na praia da Cascalheira, jovens de Arganil e jovens de outras zonas do país, no qual estavam admirados com a beleza do nosso Concelho e da nossa praia, no entanto, as casas de banho daquele edifício, estavam e desculpe-me a palavra, imundas, eu senti vergonha no meio de tanta beleza e de tanta qualidade de ouro no que respeita à qualidade da água, os equipamentos envolventes não estarem nas melhores condições para os seus visitantes usufruírem e se não estou enganada, volto a repetir, esta competência é da Câmara Municipal de Arganil. O que se tem vindo a verificar é que ao longo destes últimos anos é que o único empenho que tem sido colocado na praia fluvial da Cascalheira, tem sido da Junta de Freguesia de Secarias não se verificando e como o Senhor Presidente refere e paço a citar, “um prémio para todo o esforço que tem vindo a ser feito no sentido de garantir também a excelência daquela praia”, no meu entender, apenas devia estar o agradecimento que fez posteriormente à Junta de Freguesia por todo o trabalho desenvolvido, muito obrigada”.

----- Usou da palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis**, que começou por cumprimentar todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para de seguida começar por dizer “não entrevi primeiramente, mas não posso deixar de fazer duas ou três notas telegráficas relativamente ao público pela simpatia, pela presença e pela sua cidadania e simultaneamente alguma preocupação com esta recorrência. É sinal de que as coisas não estão a funcionar pelo melhor e esse é o aspeto menos positivo.

----- Também não posso começar sem expressar a minha e a nossa solidariedade para com todos os Arganilenses que tem vivido o drama dos fogos que continua recorrente e que tem preocupado os vizinhos do Sarzedo, de Pombeiro e de S. Martinho nomeadamente, portanto a minha e a nossa solidariedade.

----- Em relação a este tema, também me parece recorrente falarmos sempre e não encontrarmos uma solução, parece-me que não há uma estratégia e quando vem o calor, temos estes problemas. É algo que temos que reflectir, também não interessa culpados, o que interessa é efectivamente



Assembleia Municipal

melhoria e que esta situação tendesse de facto a não acontecer, ou não acontecer pelo menos com esta frequência. -----

----- Uma nota também telegráfica sobre o Boletim Municipal que recebi, que todos recebemos, e relativamente a esse Boletim Municipal, trás relato de obras que enquanto Arganilense e Munícipe me deixam muito contente, trás intenções de obras que também me deixam com uma expectativa positiva que reconheço, mas tem uma nota que eu também não poderei deixar de referir aqui porque me parece importante. Constatei com mágoa que esse Boletim Municipal, não tem um espaço como deveria ter para a oposição. Fui procurar o estatuto da oposição, imprimi várias folhas, verifiquei aquilo que penso que todos sabemos e que não é esse o problema, porque não é o estatuto da oposição que está em causa, o que está em causa penso, é um lapso grosseiro que não se deve repetir, para defesa desse mesmo estatuto da oposição. -----

----- Para finalizar e para esta intervenção telegráfica, eu gostaria de dizer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que tenho acompanhado aquele problema candente, que é a desertificação, despovoamento. Tenho visto que em instâncias regionais o têm priorizado, constatei com agrado que aqui no vizinho Concelho de Góis a CCDR esteve presente ao mais alto nível numa iniciativa da ADIBER onde debateu este problema, tenho estado relativamente sossegado porque sei e porque sabemos todos que estas iniciativas para além da nossa boa vontade têm que ter o apoio nacional e de estratégias com dinheiros públicos nomeadamente do Portugal 2020, que essas definições estão todas por fazer. Resumindo toda esta intervenção que acabei de fazer sobre este tema Senhor Presidente, é que ele é muito importante, que o Senhor teve uma resposta que me agradou muito e que temos em conjunto arregaçar as mangas e logo que seja possível debater isto. -----

----- Se me permitem e para acabar, verifico que isto é analisado de uma maneira geral, de uma forma sofisticada, com uma linguagem técnica que as pessoas destes territórios não entendem, que a nossa reunião, é um desejo, não passa disso, futuro, que tenha uma componente se possível, essencialmente prática. Era isto na primeira intervenção, muito obrigado”. -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves**, para proceder aos esclarecimentos. -----

“Vou procurar ser sintético nas respostas que vou dar, sem contudo dar a informação toda que considero necessária. -----



Assembleia Municipal

-----Relativamente à intervenção do Senhor Deputado António João Lopes, quanto á matéria da Saúde, na altura logo que esse baixo assinado chegou, foi também enviada cópia dessas preocupações à Administração Regional de Saúde, tenho na indicação de que está na volta do correio o seu reposicionamento, de qualquer forma aquilo que temos procurado vindo a fazer, é melhorar a acessibilidade dos cidadãos aos serviços de saúde. Isso acontece sobretudo nas freguesias que não têm neste momento apoio de extensão de saúde e portanto há de facto aqui um sistema de transportes para potenciar a deslocação das pessoas para as consultas e também para os meios complementares de diagnóstico e portanto estamos disponíveis para em conjunto com a Administração regional de Saúde e o Agrupamento dos Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte, de poder otimizar as soluções no sentido de garantir também uma democratização no acesso às consultas por parte dos nossos concidadãos. -----

-----Tomei também boa nota da observação que fez relativamente a Pinheiro de Coja, é uma questão que vamos de imediato analisar e se for necessário também estabelecer contacto com a Câmara Municipal de Tábua que é quem tem a responsabilidade do tratamento das águas residuais na Freguesia de Pinheiro de Coja. -----

-----A questão das árvores é uma questão que está afecta à Junta de Freguesia e como compreende não vou discutir na Assembleia Municipal a poda das árvores em Coja, não é a minha especialidade nem me parece que tenha a relevância necessária para ser discutido aqui em Assembleia Municipal. -----

-----Quanto à questão dos edifícios em muito mau estado de conservação que existem junto à escadaria do Convento em Vila Cova de Alva, há um princípio de acordo com a proprietária no sentido de fazer essa doação à Junta de Freguesia, e gostaríamos em conjunto de converter aquele espaço na futura loja das Aldeias do Xisto em Vila Cova de Alva. -----

-----Senhora Deputada Arménia Coimbra, também com a mesma simpatia com que me brindou há pouco, eu também não faço parte daquela categoria de pessoas que gosta de colocar na boca dos outros aquilo que eles não dizem e portanto julgo que desta forma lhe respondo à afirmação que eu teria dito que eu nunca erro. Erro, e erro muitas vezes, e só não erra quem não faz. -----

-----Sobre a questão da acção judicial, registo com muito agrado e satisfação a disponibilidade para poder participar enquanto testemunha do lado da Câmara Municipal nesta acção judicial, naturalmente que há toda a disponibilidade para poder consultar a acção. A acção tem a ver com o entendimento da Santa Casa da Misericórdia de que não havendo intervenção até final de dois mil e



Assembleia Municipal

treze, o Teatro teria que ser devolvido, a Câmara Municipal não tem a mesma posição, a nossa posição é que haveria a faculdade da Câmara poder devolver o Teatro se não conseguisse realizar as obras por não ter financiamento comunitário até final de dois mil e treze e portanto é esta a divergência de fundo, estamos com toda a determinação nesta acção, é o professor Pedro Gonçalves Alves que defende a Câmara neste processo e naturalmente que acreditamos que vamos vencer esta acção, mas naturalmente como em todas as acções o resultado só no final é que poderemos avaliar.

----- De todo o modo o que estamos a fazer é cumprir aquilo que foi decisão da Câmara Municipal de vinte e um de Abril, de avançar com as obras, apenas uma pequena nota, a acção só deu entrada no dia vinte e três de Abril portanto depois da decisão da Câmara avançar com as obras de requalificação do Teatro Alves Coelho, teremos ocasião de em devido tempo, trazer aqui mais informação relativamente ao projecto que está a ser desenvolvido, neste momento sobretudo a vertente das especialidades e aquilo que contamos é que a obra possa ter início nos primeiros meses de dois mil e dezasseis. É esta a nossa perspectiva e é para esse objectivo que estamos a trabalhar.

----- Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Fernando Vale, dizer que tinha sido a palavra que as Estradas de Portugal nos tinham dado, de que seria possível iniciar essa intervenção em dois mil e catorze, a reavaliação que foi feita por parte dos técnicos das Estradas de Portugal fez com que o orçamento desta intervenção fosse superior àquilo que era espectável inicialmente e a natureza dos trabalhos também é mais profunda do que aquela que era espectável, aquilo que está no plano de proximidade das Estradas de Portugal é que a obra será lançada em dois mil e quinze, acreditamos que isso possa ser possível e a informação que temos é que o projecto está numa fase final de execução e contamos que a obra possa ser lançada ainda este ano tal como está plasmado no plano de proximidade das Estradas de Portugal. -----

----- Quanto à questão da deslocação em viaturas por parte do Executivo Camarário para fins particulares, reitero aquilo que tive ocasião de responder no requerimento que nos fez e manifesto, se os Senhores Deputados assim o entenderem, registo que até aqui isso nunca foi entendido, mas se entenderem que há necessidade de criar um regulamento para a utilização de viaturas municipais por parte dos membros do Executivo, manifesto a nossa total disponibilidade para discutir esse assunto com os Senhores Deputados sem qualquer problema. -----

----- Senhor Presidente da Junta de Arganil referiu-se à questão da criação de uma estrada em redor da povoação do Maladão para fazer face a potenciais incêndios que possam existir no futuro, como existiu um esta semana, manifesto a nossa disponibilidade contando também com o apoio da



Assembleia Municipal

Junta de Freguesia no sentido de contactar os proprietários para poderem deixar passar a estrada e julgo que isso será possível. -----

-----O Senhor Deputado Luís Almeida referiu-se à questão do incêndio florestal que decorreu esta semana nas confluências das freguesias de S. Martinho da Cortiça, Sarzedo, Pombeiro da Beira e Arganil, não posso deixar de agradecer o excepcional, o excelente trabalho que os Bombeiros Voluntários de Arganil, de Coja e outros Corpos de Bombeiros Voluntários que tivemos no terreno, nomeadamente também do Comandante Operacional Distrital, dos meios aéreos e da GNR, de todas as entidades envolvidas, porque foi um trabalho muito importante q e foi desenvolvido no sentido de minimizar aquilo que poderia ter sido um incêndio de ainda maiores proporções. Não posso também deixar de agradecer o empenho dos voluntários de S. Martinho da Cortiça, voluntários do Sarzedo, Voluntários de Pombeiro da Beira, voluntários também da Freguesia de Arganil que ajudaram em muito as operações. -----

-----O Senhor Deputado Luís Almeida falou ainda de outros assuntos, de outras boas notícias e às quais me quero associar, nomeadamente à vitória do Grupo Desportivo de S. Martinho da Cortiça a que se sagrou Campeão Nacional do INATEL de Futsal, vitória que registamos com muito agrado e por isso e aproveitando também aqui a presença do Senhor Presidente da Junta que é também Presidente da Assembleia Geral do Grupo Desportivo, os nossos parabéns. É de facto um orgulho para o nosso Concelho este resultado, como também o resultado do Clube Operário Jardim do Alva na final da Taça Distrital de Iniciados que também foi para nós um motivo de alegria. -----

Bem como e que vem demonstrar que a aposta que o Município e que a Comunidade Intermunicipal tem feito no âmbito do Empreendedorismo começa a dar os seus frutos, a vitória do projeto FriendCap da Escola Secundária de Arganil, aqui quero saudar o António, a Vanessa e a Viviana que foram os alunos que participaram neste projecto e a Professora Vânia Silva e o Professor Carlos Amaral que obtiveram o primeiro lugar no Concurso Intermunicipal da CIM Região de Coimbra e ontem mesmo no Concurso Regional não agora a dezanove mas a cem, ficaram em segundo lugar no Concurso Regional da Região Centro, o que para nós é também um motivo de orgulho e uma prova da qualificação que tem sido possível acontecer nos últimos anos na área da Educação no Concelho e felicitar o Agrupamento de Escolas pelo trabalho que também tem vindo a desenvolver em estreita colaboração com a Autarquia e com toda a Comunidade em geral. -----

Relativamente à praia fluvial da Cascalheira quero reiterar o nosso regozijo pela atribuição desta distinção pela parte da Quercus, e agradecer os esforços que têm sido possível fazer quer pela



Assembleia Municipal

Câmara Municipal mas também pela Junta de Freguesia das Secarias. Dizer que aquilo que a Senhora Deputada Ana Rita Gonçalves disse, o equipamento tem sido alvo de algum vandalismo, a Câmara Municipal tem feito algumas reparações de seguida, neste momento também não estava em funcionamento o bar, assinámos esta semana o contrato de concessão do bar e portanto ele ficará a funcionar em breve e assim julgo que esta questão ficará ultrapassada. -----

----- Senhor Deputado Eugénio Fróis referiu-se à questão do Boletim Municipal, de facto e tive ocasião de o transmitir em Reunião de Câmara, houve uma falha que eu assumo e portanto, apresentei nessa reunião as nossas desculpas aos Senhores Vereadores da oposição, não lhe foi solicitado o texto para incluir no Boletim Municipal e isso já não acontecerá na próxima edição e naturalmente queremos dar cumprimento àquilo que é o Estatuto de Direito da Oposição e assim dar o espaço para que a oposição possa manifestar as suas concordâncias e discordâncias relativamente há acção do Executivo Camarário porque queremos que o Boletim Municipal seja uma expressão daquilo que acontece no Concelho, naquilo que existe positivo e negativo com a visão dos diferentes intérpretes autárquicos, muito obrigado Senhor Presidente”. -----

----- Pede a palavra o **Senhor Deputado Fernando Vale** para referir “porque a resposta do Senhor Presidente da Câmara foi ambígua, eu gostaria de receber uma resposta taxativa do Presidente da Câmara Municipal de Arganil, se os membros do Executivo, se deslocam nas viaturas da Câmara em deslocações pessoais, sim ou não. Também só dar uma nota de que vou enviar para o seu e-mail os dados da PORDATA que são aqueles que eu referi, para ter os dados mais atualizados”. -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Ricardo Pereira Alves** apenas para dizer “Senhor Presidente eu relativamente à questão da PORDATA, tenho todo o gosto em receber o e-mail do Senhor Deputado Fernando Vale e terei todo o gosto também em lhe disponibilizar os dados que aqui apresentei.-----

----- Relativamente a esta questão o que eu gostaria de reiterar é, se os Senhores Deputados entendem que deve existir um regulamento de utilização das viaturas municipais por parte do Executivo, estamos disponíveis para o discutir, se tem situações concretas a apontar, faça favor, cá estarei para analisar”.-----



Assembleia Municipal

----- Teve a palavra o **Senhor Deputado António Lopes**, para referir “vou tentar não ultrapassar os cinco minutos mas tenho sugestões a fazer que já indiquei algumas. Não sei se foram recebidas pela ADIBER, por isso gostaria também de por há discussão nesta Assembleia, formas de criação de postos de trabalho e aumento de riqueza.-----

----- O Município de Arganil tendo um orçamento de cerca de dezasseis milhões de euros e tendo cerca de cento e setenta trabalhadores, parece-me que tem disponibilidade, por isso estou disponível também para debater esses assuntos, em criar um ante pré projecto, digamos assim, de criação de postos de trabalho. Porque todos aqueles aspectos legais que criam problemas aos investidores quanto a leis, PDM, valores a pagar, a locais a instalarem-se, podiam ser mais ou menos preparados pelo Município que depois em Feiras de Investimentos ou junto de Investidores, Associações Nacionais ou estrangeiras, poderiam promover projetos dessa natureza. -----

----- Eu estou-me a lembrar do rebanho industrial que está no Piódão, é um exemplo que poderia ser replicado no Município por cerca de dez, quinze casos e aí teríamos uma forma de travar os incêndios, porque nós temos a sorte de ter incêndios. Reparem há incêndios porque os terrenos são bons, não precisamos de semear lá favas, tremoços, seja o que for, nasce naturalmente produtos que são comestíveis por isso nós é que não temos capacidade para os aproveitar. Os rebanhos, aquele tipo de rebanhos e eu falei à relativamente pouco tempo com o empresário, ele está disponível para mostrar às pessoas como é que aquilo pode ser melhorado, como é que está a trabalhar, os resultados que tem obtido e como poderíamos replicar isso por várias zonas do Município, por isso aqui proponho ao Presidente da Câmara, que faça um inventário e entre em negociações ou pelo menos em conversações com as Comissões de Baldios de forma a que se prepare um pequeno projecto que depois seria divulgado junto de Associações de Investidores. -----

----- Outro aspecto que eu quero salientar, é o trabalho que a IPSS do Barril de Alva na pessoa do senhor Rogério Leal, tem desenvolvido, instalando estufas com três, quatro postos de trabalho ao longo do ano e produz produtos para IPSS's, do Barril e de outras em volta quando é caso disso mas que poderia ser alargado. Aqui temos a experiência de uma pessoa que tem noções de comércio, gestão, administração, investimento que é uma pena que não seja aproveitado. Poderíamos, não digo por cada IPSS, todos nós sabemos que as IPSS's são geridas por gente que usa disso como aspectos caritativos, temos o caso de Coja que é o Padre e é evidente que é uma pessoa que não está dentro destes assuntos, mas temos que ser capazes de encontrar a pessoa conveniente. Um



Assembleia Municipal

gestor seja aqui seja fora de Arganil para ser produtor de produtos que se consomem nas IPSS's. Nós nas IPSS's temos a garantia do consumidor. Sabem-me indicar alguma empresa que à partida tenha a garantia do consumo? Isto é um caso extremamente raro, por isso nós temos água nos rios Alva e Ceira todo o ano, temos terras abandonadas onde crescem matos e fazem incêndios, temos tudo o que há de bom, não temos é organização para isso, é evidente não podemos esperar que em cada local nasça um gestor com capacidade para englobar três ou quatro IPSS's, temos de aproveitar o que há e ir ensaiando e ir procurando gente nessas áreas. Temos jovens que tiram cursos de gestão, temos jovens que tiram cursos de agricultura, temos jovens que tiram cursos de veterinária, por isso temos aqui áreas para criar postos de trabalho. -----

----- Outra que vos quero lembrar e que estou disponível para debater o que for necessário. O Presidente da República fez há pouco tempo uma viagem à Noruega, nessa viagem foram assinados protocolos para troca de experiências quanto à Aquicultura. Nós temos os dois rios que já referi, temos junto dos rios, zonas relativamente planas e na maioria abandonadas, logo eu propunha que este assunto fosse também repensado, porque a Noruega está disponível para nos dar apoio nessa tecnologia, é evidente que haverá aqui algum investimento também a fazer, mas há linhas de crédito e a comunidade, a União Europeia tem agora alguns dinheiros para a agricultura, o que temos de encontrar é pessoas que estejam disponíveis para procurarem soluções, não podemos ficar derrotados pelas pessoas que argumentam logo com aspectos negativos, se fosse isso a humanidade nunca tinha avançado. Eu proponho que o Município, Presidente da Câmara juntamente com os Presidentes das Juntas de Freguesia procurem encontrar gente disponível para procurarem soluções e não gente disponível para encontrar não, obrigado”. -----

----- Usou da palavra o **Senhor Deputado Fernando Vale** para dizer, “o Senhor Presidente da Câmara lançou o ONUS para cima de nós, mas o ONUS está em cima de vós e portanto muito taxativamente volto-lhe a perguntar se há utilização de viaturas do Município para uso próprio por parte dos Vereadores do Executivo, é só responder sim ou não. -----

----- Outras questões que eu também queria colocar aqui, são relativas à Quinta do Mosteiro. Na sequência da extinção do Cinterbei foi celebrado um contrato de arrendamento entre o Município de Arganil e o IEFP e o valor mensal dessa renda era de oito mil e duzentos euros se não estou em erro e o objecto do mesmo era toda a Quinta do Mosteiro, que são cerca de cento e dez hectares. A partir de Janeiro de dois mil e dez, o IEFP deixou de pagar a renda julgo, e julgo também que no final desse



Assembleia Municipal

ano as rendas de dois mil e dez e dois mil e onze, na sequência de uma decisão da Assembleia Municipal foram digamos que oferecidas ao IEFP com o intuito deste Instituto manter a sua actividade no Concelho de Arganil. -----

----- Gostaria de saber se nos anos subsequentes a dois mil e onze, se esta oferta se manteve e se o contrato se encontra ou não em vigor”. -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves** para proferir, “relativamente à intervenção do senhor Deputado António João Lopes quanto á instalação de rebanhos e à aposta no Empreendedorismo agrícola, nomeadamente o envolvimento das Comissões de Compartes, nós entendemos que é relevante, poderemos eventualmente discordar daquilo que é a intervenção da Câmara neste domínio, a intervenção da Câmara tem de ser de facilitador, de incentivador, dinamizador mas não pode ser naturalmente proprietária de rebanhos, aquilo que a Câmara tem que fazer e é esse o nosso objectivo e é esse o nosso desígnio, é criar um ambiente favorável ao investimento e sobretudo também nesta área agrícola disponibilizando-nos naturalmente para construir todas as sinergias para que seja possível desenvolver essas actividades. -----

----- Relativamente à intervenção do senhor Deputado Fernando Vale, julgo que a nossa resposta ao vosso requerimento já foi dada e julgo que nada mais à acrescentar relativamente a esta matéria.

----- Quanto à questão da Quinta do Mosteiro, quero recordar o seguinte, havia uma intenção clara do anterior governo liderado pelo Engenheiro José Sócrates, de encerramento do Centro de Formação de Arganil e nessa sequência e na sequência das respostas obtidas quer pelo presidente de então quer pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, quer com o Senhor Secretário de Estado do Emprego, professor Valter Lemos que quero aqui agradecer também o seu espírito de compromisso, foi possível decidir pela continuidade do Centro de Formação de Arganil, prescindindo a Câmara das rendas que recebia por parte do IEFP relativo ao arrendamento da Quinta do Mosteiro e portanto essa situação foi decidida pelos órgãos próprios e mantem-se, ou seja, a Câmara Municipal não recebe da parte do IEFP qualquer renda relativamente à Quinta do Mosteiro, mas também folgamos dizer que há da parte do Instituto de Emprego e Formação Profissional, um interesse muito forte no sentido de continuar a dinamizar o emprego e a formação no Concelho de Arganil. -----

----- Ainda esta semana, num sinal também muito claro daquilo que é um acompanhamento de proximidade que o instituto de Emprego e Formação Profissional faz do trabalho dos Centros de



Assembleia Municipal

Emprego e Formação Profissional, o Conselho de Administração do IEFP reuniu precisamente na Quinta do Mosteiro, tendo estado o seu presidente e toda a sua direcção que como os senhores Deputados sabem é constituída para além do Conselho Directivo, tem ainda a UGT, a CGTP, a CIP, a Confederação do Comércio, a Confederação do Turismo e também o representante da Segurança Social”.-----

-----Pedi a palavra o **senhor Deputado Fernando Vale**, “do que eu depreendi das suas palavras, é que o contrato entre a Câmara Municipal e o IEFP de Arganil se mantém vigente. Então a minha pergunta é a seguinte, se este contrato se mantém vigente será que a Câmara podia lançar um concurso de arrendamento de parte do projecto daquele contrato? -----

-----Relativamente à questão do requerimento, nós concluímos que é verdade que alguns Vereadores do Executivo, utilizam os carros que são pertença do Município em proveito próprio portanto nós iremos agir em conformidade, mas gostaria também aqui de salientar que eu enquanto era funcionário desta Câmara, recebi como todos os outros uma informação interna dizendo que os carros do Município não poderiam ser utilizados pelos funcionários sob pena de lhes ser administrada uma sanção disciplinar e nós julgamos que o exemplo tem de vir de cima”. -----

----- Teve a palavra o **senhor Deputado António Lopes** apenas “para dizer ao Senhor Presidente da Câmara que no decreto setenta e cinco, página cinco seis nove cinco, diz ponto dois alínea M, os Municípios dispõem de atribuições designadamente nas seguintes áreas, promoção do desenvolvimento, por isso não ponha já a incapacidade de fazer alguma coisa porque o Município não pode ser proprietário de rebanhos, até pode mas não quer e aceito que não queira, mas tem de fazer a promoção do Desenvolvimento, portanto aqui estou a dar-lhe algumas sugestões, agora não venha é trazer gente que só tem imaginação para dizer não, traga gente que tenha imaginação para dizer sim há riqueza que temos e que perdemos completamente”. -----

----- Usou da palavra o **Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves**, “para responder à questão que o senhor Deputado Fernando Vale colocou relativamente à Quinta do Mosteiro.-----



Assembleia Municipal

----- Face á não utilização de um conjunto de parcelas agrícolas por parte do IEFP, este deu autorização expressa para que a Câmara Municipal pudesse lançar o concurso para desenvolver actividades de empreendedorismo agrícola”. -----

ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA

1) Apreciação e votação dos Contrato-Programa das Freguesias de Benfeita; Piódão; Pomares; Pombeiro da Beira; São Martinho da Cortiça e Sarzedo e da União das Freguesias de Cerdeira e Moura Da Serra; Coja e Barril de Alva; Vila Cova do Alva e Anceriz e Cegos e Teixeira, no apoio financeiro para a comparticipação na execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva e aquisição de equipamento.-----

Não havendo pedidos para intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou à votação o contrato programa tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

2) Apreciação e votação dos Contrato-Programa da Freguesia de Arganil, Folques, Piódão, Pomares, Pombeiro da Beira, S. Martinho da Cortiça, Sarzedo e União das Freguesias de Cegos e Teixeira, Cerdeira e Moura da Serra, Coja e Barril de Alva e Vila Cova do Alva e Anceriz no apoio financeiro para a comparticipação na execução de diversos trabalhos nas citadas freguesias.-----

----- Não havendo pedidos para intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou à votação o contrato programa tendo sido aprovado por unanimidade. -----



Assembleia Municipal

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

3)-Apreciação e votação da Revisão do Plano Director Municipal de Arganil com base no artº 79 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. -----

----- Foi dada a palavra ao Executivo, na pessoa do **Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves**, para proferir, “farei uma intervenção enquadradora, naturalmente poderão surgir algumas questões de natureza técnica, e para isso, temos a equipa técnica que acompanhou a revisão do plano que poderá também responder e dar alguns contributos e responder também a alguma questão mais específica que os senhores Deputados queiram colocar de natureza técnica. ----

----- O Plano Director Municipal é um instrumento de planeamento muito importante, que determina também a forma como o concelho cresce e se desenvolve no contexto do território. -----

----- O PDM na sua versão original foi publicado em diário da república em vinte e um do onze de mil novecentos e noventa e cinco, há praticamente vinte anos e portanto tornou-se necessário criar-se um processo de revisão que acompanha-se o conjunto de mudanças que têm surgido em Portugal e em particular na nossa região e que pudessem dar expressão também a essas mudanças. Nesse sentido, o processo de revisão iniciou-se em dois mil e oito com a publicação da Comissão de Acompanhamento em nove de Outubro de dois mil e oito. Foi um processo que levou o seu tempo, estamos a falar de quase sete anos do processo de revisão do PDM, que mesmo assim é menos do que aquilo que é a média do conjunto dos Municípios do país, que anda por volta dos dez anos, mas é importante também referir que, julgo que é inadmissível que um processo de revisão de um Plano Director Municipal, leve este tempo todo. Isso deve-se a um sistema legislativo anacrónico, muito burocrático, que envolve muitas entidades e quero recordar apenas que a nossa comissão de acompanhamento do PDM tinha vinte e quatro entidades e cada uma com as suas orientações sectoriais. Por outro lado, também houve algumas mudanças legislativas que atrasaram este processo e recordo que se não fosse possível hoje podermos apreciar e votar esta proposta de revisão do PDM, a vinte e nove de Junho, tudo mudava e teríamos que voltar praticamente à estaca zero face há mudança da legislação, portanto, é muito importante dizer que esta era a última oportunidade para concretizar a Revisão do Plano Director Municipal sob pena de termos que reiniciar



Assembleia Municipal

o processo. O resultado final como não poderia deixar de ser, é um compromisso entre aquilo que eram as expectativas do concelho verberadas pela Câmara Municipal e aquilo que são as imposições da Administração Central, nomeadamente aquelas que mais ligam com as condicionantes de reserva ecológica nacional e reserva agrícola nacional.-----

-----A quando do início do processo de discussão pública, tive ocasião de apelar à participação das freguesias, das populações, das pessoas, porque os seu contributo poderia ser relevante para melhorar o documento que estávamos a discutir. Nesse sentido, foram desenvolvidas sessões em todas as freguesias e uniões de freguesia e é com regozijo e com agrado que registamos um elevado número de participações, trezentas e sessenta e seis. Aquilo que dizíamos, que essa participação pública ajudaria a melhorar a qualidade do plano, era de facto uma expectativa verdadeira e que se veio a cumprir uma vez que das trezentas e sessenta e seis participações, trinta e sete virgula dois por cento, tiveram um acolhimento total e trinta e dois por cento um acolhimento parcial, ou seja, sessenta e nove virgula dois por cento das participações, tiveram acolhimento total ou parcial. -----

-----Um exemplo muito concreto, a questão relacionada com a zona de extracção da catraia, a extracção do caulino, que motivou uma participação significativa da parte quer da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça quer das Instituições da Freguesia, quer das empresas, quer dos cidadãos, foi possível minimizar os riscos de extracção do caulino na zona da Catraia, pela ampliação do aglomerado rural da Catraia dos Poços, pela criação de uma faixa de protecção na estrada nacional dezassete e pela indicação do espaço da quinta do carapinhhal como espaço agro-turístico. Registo também aqui a disponibilidade e a abertura da direcção geral de energia e geologia para acolher e aceitar este conjunto de propostas. -----

----- Aspectos positivos da Revisão do Plano Director Municipal, desde logo a marcação adequada dos aglomerados urbanos e rurais, como os senhores Deputados Municipais sabem, muitos aglomerados que temos no concelho, não estavam sequer marcados na carta de ordenamento do PDM em vigor. Recordo-me de vale de Espinho, Sobral Gordo, para não citar outros exemplos em que era impossível construir dentro destas localidades uma vez que tínhamos a restrição da reserva ecológica nacional. Com este processo de revisão, os aglomerados estão devidamente marcados, sejam aglomerados rurais ou aglomerados urbanos e portanto esta situação não acontecerá. -----

----- Por outro lado a aposta no turismo, também recordo o forte condicionamento que existia à construção de equipamentos turísticos fora dos aglomerados, nomeadamente em espaço silvo-pastoril, neste momento, com este processo de revisão é possível construir turismo em espaço rural,



Assembleia Municipal

agrícolas e florestais mediante naturalmente determinadas condições. Por outro lado também a questão que era dramática de querermos captar novas indústrias e falando especificamente do caso da zona industrial da relvinha e não termos espaço industrial classificado para o poder fazer para além de muitas vezes a Câmara não dispor de uma bolsa de terrenos para poder colocar no mercado para a instalação de novas indústrias. Houve um aumento significativo da classificação do solo como espaço para a instalação de indústrias com o processo de revisão do Plano Diretor Municipal.-----

-----Também outra matéria que há partida seria fortemente constrangedora daquilo que é o desenvolvimento do concelho, nomeadamente as áreas de edificação dispersa. O PROT, as orientações do Plano Regional de Ordenamento do Território, apontavam para que a área mínima para poder construir fora dos aglomerados urbanos e dos aglomerados rurais fosse trinta mil metros quadrados, três hectares e nós conseguimos dez mil metros quadrados, um hectare, continua a ser uma área significativa é verdade, mas também cruzando esta orientação com aquilo que é a legislação no domínio das florestas, dificilmente poderíamos ter uma situação mais favorável do que esta, que é a dos dez mil metros quadrados. Recordo apenas que um concelho vizinho, que terminou à muito pouco tempo o processo de Revisão do Plano Diretor Municipal e lá ficou plasmado que as áreas mínimas para poder construir na maior parte das freguesias, são trinta mil metros quadrados e noutras freguesias são vinte mil metros quadrados, portanto nós temos a situação mais favorável da região centro em termos de edificabilidade fora dos aglomerados urbanos e dos aglomerados rurais. --

-----Em conclusão, este é um documento como disse, fortemente condicionado pelas exigências da administração central, pelos seus organismos, é o compromisso possível entre aquilo que são as nossas expectativas e aquilo que foram as nossas propostas e recordo que as nossas propostas mesmo depois da discussão pública, foi de levar a estas entidades aquilo que eram as pretensões de todas as pessoas, instituições e freguesias que participaram. Foi possível ter aquele grau de acolhimento que já referi, mas de facto é o compromisso possível entre todos estes aspetos. -----

-----Não queria terminar sem deixar aqui uma palavra de agradecimento à equipa que nos acompanhou e em particular à doutora Eduarda porque viveu este processo e trabalhou neste processo muito de perto nos últimos sete anos e queria-lhe agradecer muito o empenhamento colocado ao serviço deste projecto e que finalmente está próximo do seu final e queria-lhe dar esta palavra de apreço e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido. Também à doutora Inês já mais recentemente este processo, cujo trabalho também foi importante para a sua conclusão. -----



Assembleia Municipal

----- Finalmente dar nota também da nossa satisfação também por cumprirmos aquilo que era um compromisso assumido com os arganilenses e finalmente estarmos em condições de concluir a Revisão do Plano Director Municipal, muito obrigado senhor presidente”. -----

----- Depois de realizadas as inscrições, foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Junta de São Martinho da Cortiça, Rui Franco** que começou por cumprimentar todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal para de seguida referir, “começo por e um pouco à parte deste tema, mas permita-me estas breves palavras visto que não tive oportunidade de me inscrever no período dos interesses do Município. -----

----- Uma palavra de agradecimento especial a todas as pessoas que compõem os diferentes Executivos das Juntas de freguesia, o Executivo da Câmara Municipal, os senhores Vereadores e o Senhor Presidente, por tantas e tantas vezes que demonstram a sua generosidade e disponibilidade para servir a causa pública, quando utilizamos e aqui já falo também incluído, as nossas viaturas pessoais para trabalhar para a comunidade, tantos e tantos quilómetros que nós fazemos com as nossas viaturas particulares para bem da comunidade. -----

----- Agora sim relativamente ao tema em questão, uma palavra também de agradecimento e de elogio muito sincero ao Executivo da Câmara Municipal e aos técnicos da comissão de acompanhamento da revisão do PDM, pelo excelente trabalho realizado, que no espaço de tempo tão curto em relação àquilo que é habitual nas revisões do PDM ao nível nacional, conseguiram fazer um trabalho excelente, com transparência, com espírito de dedicação e nestes níveis, e eu posso testemunhar isso porque estive bem perto nas questões relacionadas com a minha freguesia, São Martinho da Cortiça. As questões graves que afectavam a minha freguesia em relação ao PDM foram na medida do possível e naquilo que tecnicamente é possível, foram e estão contempladas e resolvidas neste plano director, nomeadamente a problemática de extracção de inertes do caulino na serra da Catraia dos Poços, a criação de limites urbanos e da nova figura dos limites dos aglomerados rurais inexistentes até agora e que vem resolver muitos problemas, que vão permitir edificação dentro desses espaços rurais de uma forma ordenada. -----

----- A criação do espaço agro-turístico na quinta do Carapinhal, a criação de tantos limites e limitativos que ordenam precisamente a edificação dentro do nosso território. Dizer-vos que o anterior PDM não teve a participação da comunidade, este teve e com certeza só por isso já lhe podemos dizer, que é o nosso PDM, é com certeza um instrumento de gestão territorial que está mais ao nosso serviço do que o anterior. É um excelente documento, basta até salientar aqui, como o Senhor



Assembleia Municipal

Presidente já referiu, o limite para edificação em espaço agrícola florestal de um hectare que foi conseguido para o concelho de Arganil quando outros concelhos não conseguiram. Salientar a participação para além dos técnicos de acompanhamento da Revisão do PDM, a dedicação e o empenhamento pessoal do Senhor Presidente da Câmara Municipal e dos senhores Vereadores, junto dos organismos da Administração Central que tutelam as diferentes áreas e os diferentes tipos de ocupação de solo no nosso território e com certeza por esse empenho e por essa dedicação é que foi possível chegar a este momento.-----

----- Salientar a grande participação dos São Martinhenses no processo de participação da Revisão do PDM, recordo que das trezentas e sessenta e seis participações que houve por todo o concelho de arganil, mais de noventa pertenceram há freguesia de São Martinho, o que significa que as pessoas estão empenhadas em participar na construção de um documento que é essencial para o nosso crescimento, isso foi conseguido, foi conseguido também porque a Junta de Freguesia, desde a primeira hora, participou ativamente e informou a população sobre tudo aquilo que havia necessidade de informar, portanto foi um documento conseguido e vai ser com certeza um documento conseguido, para bem do Município porque este sim é um Plano Diretor Municipal onde nós participámos na sua construção e tenho a certeza absoluta que vai ser bem melhor que o anterior. -----

----- Terminando fazendo uma questão concreta aos técnicos da comissão de acompanhamento da Revisão do PDM. Em todas aquelas questões que não foi possível satisfazer todos aqueles pedidos dos cidadãos, essa decisão esteve na base de quem? Ou seja, foi o Município que não quis satisfazer esses pedidos ou são questões de problemas técnicos de relacionamentos de organismos públicos, nomeadamente a Comissão da REN, da Agricultura, da gestão das Florestas, da Geologia por exemplo, colocaram eles sim o limite e o entrave para que isso não fosse possível? -----

----- É extremamente importante responder a esta questão porquê? Porque eu tenho a certeza absoluta que o que não foi possível aprovar, ou que não foi aprovado, teve por base com certeza questões de ordem técnica e não da vontade ou da falta de vontade do Município. -----

----- Teve a palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis**, para referir “relativamente a este assunto, porque é um documento estruturante, todos temos essa noção, eu sinto-me hoje bastante desconfortável para o analisar. -----



Assembleia Municipal

----- Eu tive acesso ao documento ontem e li a cem à hora este documento, sem tempo para refletir, sem tempo para parar e sem tempo para justificações. Esta minha intervenção inicial é enquadradora e poderei voltar aos pormenores e também tenho pormenores para referir, mas o que eu gostaria de dizer inicialmente é o seguinte: Eu não tive ocasião nem oportunidade de fazer e de argumentar perante mim próprio o meu sentido de voto nem tenho esse à vontade para uma votação positiva e também pela mesma lógica, pelo mesmo raciocínio por uma intervenção negativa. No fundo e nesta intervenção enquadradora eu entendo que não há condições objetivas para análise de um documento com esta importância. -----

----- Nós estamos, foi referido já pela intervenção do senhor Presidente, que é um processo que tem anos, sete anos. Em sete anos foi dado a todos nós, o órgão que tem a responsabilidade de validar este documento estruturante, um dia, uma noite para de facto tomar contacto, ajuizar, fazer opinião e chegar aqui hoje e de uma forma consciente poder votar. Eu penso que isso não acontece agora e esta é a minha intervenção primeira, sobre este assunto”.-----

----- Usou da palavra o **Senhor Deputado Fernando Vale**, para proferir “a bancada do Partido Socialista, considera o processo de revisão do PDM como uma oportunidade perdida e lamenta a falta de interesse que o Executivo Municipal colocou neste processo. -----

----- O que se passou esta semana, é exemplo demonstrativo disso mesmo, para além de demonstrar desleixo que constitui um profundo desrespeito para com os membros desta Assembleia. Um documento com a importância e complexidade do PDM, para além de não nos ser enviado de forma atempada, integra correções de última hora, depois de sete anos em elaboração. -----

----- Às dezasseis horas e onze minutos de ontem, sexta-feira, recebemos uma mensagem de correio eletrónico do Senhor Presidente da Assembleia Municipal com o seguinte teor “ no seguimento da reunião de Câmara do passado dia vinte e três de Junho e tendo sido detetados alguns dados que careciam de atualização sinalizados pelos membros do Executivo Municipal na proposta de versão final da Revisão do Plano Diretor Municipal de Arganil, entendeu-se oportuno proceder à correção do referido documento”. Então pergunto eu, só na passada terça-feira é que foi detetado? Isto parece-me incrível, só na terça-feira é que foram detetados estes erros? Meus senhores é que dá a sensação que os membros do Executivo Municipal, não ligaram nenhuma ao PDM e nem sequer leram os documentos. -----



Assembleia Municipal

-----O Partido Socialista de Arganil não tem grandes motivos para alterar o que manifestou durante o período da discussão pública e eu aqui quero salvaguardar o trabalho técnico tanto da doutora Eduarda Figueiredo como do doutor João Ruas porque conheço o seu trabalho, conheço o seu empenho e conheço o rigor que colocam nas tarefas que executam. Isto tem a ver com uma visão estratégica do Município que o Executivo Municipal tinha o dever de aqui colocar neste documento e que não o colocou. -----

-----Assim a proposta da revisão do PDM de Arganil agora apresentada é realizada no momento agora considerado posterior à efetiva conclusão das tarefas inerentes. Para além da gestão política, por meras questões eleitorais uma vez que este PDM deveria ter sido apresentada em dois mil e treze, não é clara nenhuma razão para esta elação temporal, o que se lamenta dada a absoluta importância do PDM como principal instrumento da gestão territorial e a urgência da sua entrada em vigor. -----

-----A versão final da proposta revisão do PDM de Arganil, não apresenta nada de estrategicamente inovador, ambicioso ou diferente que permita sustentar o declínio demográfico ou alavancar o crescimento social e económico com base no emprego como aliás o próprio documento o reconhece quando se refere o potencial industrial de Arganil, continua a não ser suficiente para criar dinâmicas de fixação quer de gente quer de investimento para a parte alta do concelho. As unidades industriais da Carriça e da Progresso, encerraram e acentuaram as dificuldades de oferta de emprego. Isto já foi um apontamento de última hora, sexta-feira, porque antigamente, no anterior documento ainda estavam abertas estas empresas. E eu digo, nem para a parte alta nem para a parte baixa do concelho. A destruição de emprego no concelho de Arganil tem sido substancialmente maior do que a criação de emprego em todo o seu território. -----

-----Até às dezasseis horas e onze minutos de ontem, altura em que o relatório do plano nos foi enviado, este documento retratava o concelho em dois mil e onze, pré reforma administrativa, com unidades industriais entretanto fechadas ainda em funcionamento, apresentava a requalificação da cerâmica arganilense como obra futura e esquecia projetos como o museu do rally apresentado com pompa em altura bem anterior a junho de dois mil e catorze e o seu impacto económico-social associado que até já foi alvo de ambiciosa quantificação por parte do Executivo PSD. Aqui aproveitamos para perguntar qual o ponto de situação do Museu do Rally? -----

-----A proposta da revisão do PDM de Arganil refere uma metodologia de desenvolvimento de tarefas técnicas e políticas que incluem momentos e ações que não aconteceram efetivamente como



Assembleia Municipal

sejam exemplos de suposta criação de uma comissão de acompanhamento interna com inclusão de representantes da oposição quer do Executivo Municipal, quer da Assembleia Municipal ou de um envolvimento de agentes de desenvolvimento. Igualmente não foi disponibilizado um blog de apoio à participação da comunidade, seria expectável que o processo de revisão do PDM tivesse desencadeado uma auscultação alargada aos industriais e restantes agentes económicos, verdadeiros responsáveis pelo desenvolvimento económico e criação de emprego. Seria expectável que a Câmara Municipal de Arganil, tivesse envolvido todos na construção deste documento estratégico, para que todos se revissem nele e fosse efetivamente um documento que perspetivasse uma visão desenvolvimentista do concelho. A proposta da Revisão do PDM de Arganil assume o declínio continuado do Concelho de Arganil e que entretanto se agravou, tanto ao nível demográfico, com uma das mais negativas taxas decréscimo demográfico da região, como a nível social e económico com o encerramento de empresas. -----

-----A proposta da Revisão do PDM de Arganil não apresenta nada de estrategicamente inovador, ambicioso ou diferente que permita estancar a sangria demográfica ou alavancar o crescimento social e económico com base no emprego e devia fazê-lo, pois a nossa população é trabalhadora, profissional e qualificada como atestam os resultados e o sucesso de algumas empresas exportadoras do nosso concelho e como hoje, já tivemos aqui oportunidade de escutar. O PDM assenta a sua execução apenas na expansão urbana de uma zona de Arganil, outra em Coja e nas ampliações das zonas industriais da Relvinha e Coja grosso modo, nos mesmos modelos que existem. Falam de zonas industriais de nova geração mas nada indica de substantivo provando que esse não passa de um conceito abstrato e indefinido, é muito pouco para uma vigência de dez anos e aqui também de manhã, o senhor engenheiro Francisco Moreira teve oportunidade também de destacar alguns erros que foram e estão a ser cometidos na zona industrial da relvinha. -----

-----A proposta de Revisão do PDM de Arganil, reflete um conhecimento pouco aprofundado do Concelho de Arganil e das suas valências. Não apresenta qualquer forma de discriminação positiva ou de medidas de compensação ou de estímulo, sejam elas majorações índices, sejam apoios expressos ao nível técnico-financeiro seja a nível de redução de taxas que permitam diferenciar este território das realidades vizinhas. Seria uma forma de conduzir intenções, de investimento ao nível da construção para reabilitação dos núcleos urbanos das nossas vilas e aldeias com a possibilidade de limitação de áreas de reabilitação urbana que até agora não conhecemos. -----



Assembleia Municipal

-----A proposta de Revisão do PDM de Arganil inclui nas ações futuras a desenvolver pós entrada em vigor do PDM a execução de um plano de marketing territorial, mas estranhamente não o prevê na cronologia de execução e financiamento. -----

-----A proposta de Revisão do PDM de Arganil era uma oportunidade de fazer história, produzindo um documento que quanto mais discutido, alargado e transparente, mais e melhor teria sido assumido como sendo de todos e para todos. É referido que o plano de marketing territorial de investir na identidade arganilense. O Partido Socialista de Arganil, está bem ciente do que significa identidade de Arganilense e quais as suas pressões. Essa identidade vai muito para além da marca Piódão, gastronomia ou da paisagem, a identidade Arganilense é sobretudo fruto e expressão de uma gente, da sua cultura, da sua história longínqua e recente, da sua ligação à terra, da sua forma de ocupar e de a lidar, da intensidade umbilical e da sua ligação às raízes que estejam onde estiverem, se exprimem no associativismo empreendedor e no fervor das suas convicções religiosas, sociais ou políticas. A identidade arganilense passa ainda pela defesa incontornável da dignidade do mundo rural e o seu aproveitamento para o desenvolvimento do concelho, quer seja através do recurso solo, da agricultura, da floresta, da energia, do emprego, da redução dos riscos ou do turismo. Portanto, como corolário, consideramos que esta oportunidade de rever a estratégia concelhia há dez anos não foi aproveitada pelo executivo PSD, tendo resultado um documento pouco ambicioso e nada diferenciador. A avaliação real do PDM começa agora quando se cruzar com as legítimas ambições dos cidadãos do nosso Concelho. Nesse momento confirmaremos se estamos perante um documento datado, hermético e condicionador, ou pelo contrário se se trata de um documento promotor do desenvolvimento económico, versátil no tempo e no espaço e acolhedor de investimento e de pessoas como o Concelho de Arganil desesperadamente necessita na certeza de que a importância estratégica que teríamos dado a este documento fundamental seria certamente extinta da promovida pelo Executivo PSD ao longo deste processo, com fraco envolvimento não só da posição mas também, repito, dos agentes económicos que verdadeiramente promovem o desenvolvimento do Concelho, o Partido Socialista de Arganil, estará sempre disponível para continuar a colaborar na discussão séria, construtiva e alargada dos assuntos do presente e do futuro do Concelho de Arganil e neste caso cá estaremos para uma monitorização séria e criteriosa deste já velho PDM. Nós como já foi aqui referido pelo meu colega Eugénio Fróis, não nos sentimos à vontade para votar este documento, devido à exiguidade temporal com que nos foi enviado, mas devido à obrigatoriedade de aprovação deste documento, hoje em Assembleia Municipal, ou de votação, não vou dizer aprovação, de aprovação, o Partido Socialista irá abster-se apesar de a nossa vontade ser a de votar contra". -----



Assembleia Municipal

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Rui Portugal**, que começou por cumprimentar a mesa da Assembleia Municipal na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia, cumprimentou todo o Executivo na pessoa do senhor Presidente da Câmara e de seguida cumprimentou os restantes membros presentes. -----

----- “Como saberão, pelo menos alguns estariam cá na altura em que fui indicado para representar esta Assembleia na comissão de acompanhamento da revisão do PDM, isto no mandato de dois mil e cinco / dois mil e nove e nessa qualidade participei em todas as reuniões relacionadas com este assunto, quer nesta Câmara, quer na CCDR. Numa das primeiras reuniões da Assembleia, depois de eu ter sido indicado para a Comissão de Acompanhamento, solicitei a todos os colegas desta Assembleia, na altura seriam outros, é evidente porque entretanto houve alterações, para se entendessem, me enviarem as suas participações, as suas sugestões, para eu poder apresentar nas reuniões que se seguiram, lamentavelmente não recebi qualquer sugestão. Um facto que eu lamento muito mas foi um trabalho que eu tive que realizar sozinho, alicerçado em alguns conhecimentos que eu tenho por curiosidade, por aquilo que se passa há minha volta, e foi nessa base que eu fiz um trabalho e que eu gostaria de ler aqui um resumo do mesmo, se o Senhor Presidente me der licença.”

----- “ Contribuição de Rui Martins Portugal, membro da respetiva Comissão de Acompanhamento, em representação da Assembleia Municipal. -----

----- Como nota prévia informa-se que o relator, não tendo formação técnica na área do urbanismo, não deixará, contudo, de fornecer algumas notas de que se espera obter algum acolhimento da parte de quem deva refletir, certamente já com uma visão tecnicista, sobre este importante instrumento de ordenamento urbanístico. -----

----- Trata-se de rudimentos colhidos, quer através da observação atenta da dinâmica territorial com uma especial sensibilidade e respeito pelos componentes da mãe natureza, quer através da auscultação de pessoas com as mais diversas opiniões e perspetivas acerca deste tema. -----

----- Um - O Plano Diretor Municipal em gestação, deverá alicerçar-se nos seguintes objetivos estratégicos: -----

----- Promover o crescimento económico do município utilizando os recursos naturais com o menor impacto no ambiente, designadamente nas alterações climáticas; -----



Assembleia Municipal

----- Conservação da natureza, incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia, paleontologia e da biodiversidade articulada com as políticas setoriais e de combate à desertificação; -

----- Estruturar o povoamento das áreas de baixa densidade, libertando os perímetros urbanos das condicionantes que limitam a fixação da população nos seus lugares de origem, instalando equipamentos de lazer, recreio e turismo e desenvolver soluções de mobilidade e acessibilidade a todos os grupos populacionais; -----

----- Apoio à inovação e ao desenvolvimento empresarial, com incorporação de novas tecnologias nos processos produtivos e na gestão das empresas; -----

----- Promover o potencial turístico, dando projeção nacional e internacional ao património natural, arquitetónico, arqueológico e paisagístico; -----

----- Dois – A estrutura urbana do concelho desenvolve-se essencialmente ao longo dos eixos viários. Porém, verifica-se que a maioria dos aglomerados urbanos, sobretudo os situados na zona norte e montanhosa, se encontram em franco declínio demográfico e com envelhecimento da população; -----

Há necessidades de definir melhor os perímetros urbanos dos aglomerados, libertando-os de condicionantes que limitam a edificação de novas construções, delinear os seus limites evitando o traçado com linhas quebradas de forma a impedir a existência de espaços desaproveitados dentro das localidades; -----

----- Aponta-se como exemplos típicos os casos das aldeias de Vale de Espinho e Fronhas, da freguesia de S. Martinho da Cortiça – a par de outras situações iguais – onde, por força do POAF, não é autorizada uma nova construção e até a simples ampliação e requalificação de casas já existentes dentro do seu perímetro urbano, é como se estas povoações não tivessem existência, como tal, sequer no mapa! -----

----- Fora dos aglomerados urbanos, nos espaços agrícolas, agro-silvopastoril e florestal, há que considerar para efeitos de licenciamento, desde logo, a pré-existência de construção e reduzir substancialmente as áreas mínimas das parcelas para qualquer tipo de construção: - unifamiliar (dois mil metros quadrados), fins turísticos (ausência de limites), industriais, agrícolas, pecuários e aquícolas; -----



Assembleia Municipal

----- Tem-se verificado a intensificação de restrições ou condicionantes provenientes das RAN, REN, POAF, Rede Natura dois mil e Espaços para Indústria Extrativa que, por vezes, se revelam desajustados das dinâmicas atuais, estou a pensar num caso ocorrido na freguesia de S. Martinho da Cortiça, em que foi negado o licenciamento de uma construção pelo facto de parte da sua edificação se localizar em RAN ou REN. Trata-se, para mim que sou um acérrimo ecologista, de uma decisão fundamentalista, dada a elevada taxa de desertificação que está a ocorrer no interior do nosso país. Par se aquilatar desta galopante realidade, é necessário que os decisores saiam dos seus cómodos gabinetes e venham pisar o terreno para melhor conhecer o País real. -----

----- Disponibilizar incentivos económicos, financeiros e fiscais na construção, localizada sobretudo nas zonas de maior interioridade e, prioritariamente, na requalificação de prédios degradados; -----

----- É preciso investir na ampliação e na beneficiação da rede viária nacional e municipal, para o desenvolvimento de potencialidades regionais, e, sobretudo, dentro dos perímetros urbanos, haver a preocupação de manter o pavimento das ruas com as características tradicionais (calçadas), e construir passeios e estacionamento; -----

----- Três – Apoiar o Turismo, em todas as suas vertentes – Turismo da natureza, com alojamento, atividades de animação ambiental, interpretação e desporto de natureza; -----

----- Proteger e valorizar o património arquitetónico e arqueológico; -----

----- Desenvolver rotas temáticas, recuperar e requalificar edifícios, núcleos históricos e paisagens naturais; -----

----- Definir uma estratégia de desenvolvimento do Turismo, com especial atenção para a parte alta do concelho (Piodão, Aldeias de Xisto, Fraga da Pena, Mata da Margaraça, Benfeita), para as potencialidades da Albufeira da Barragem das Fronhas e dos rios Alva e Ceira; -----

----- Ter em conta, (além do mencionado no projeto do PDM), designadamente, os vestígios de ruínas e vias romanas, dólmenes e monumentos classificados, vestígios de antigas Igrejas, dando como exemplo a da Cabeça Gorda, de S. Martinho da Cortiça; -----

----- Recuperar, de acordo com o original, os troços ainda existentes da Estrada Real; -----

----- Criar um Parque Temático, na península de Lomba de Guerra, na freguesia de Pombeiro da Beira, situada junto à povoação de Vale de Espinho, na margem esquerda da Albufeira da Barragem



Assembleia Municipal

das Fronhas, onde, por exemplo, se poderiam alojar os javalis e outras espécies selvagens que destroem as poucas culturas que ainda se vão produzindo;-----

-----Apoiar, eliminando restrições meramente burocráticas, o grande projeto do Aldeamento Turístico da Quinta da Estafeira, na freguesia de S. Martinho da Cortiça, o empreendimento turístico de maior dimensão no interior centro do país;-----

-----Apoiar os desportos de caça e de pesca e, sobretudo quanto a este, publicitar as potencialidades dos nossos Rios e Ribeiras para a pesca à truta, dando o devido realce aos campeonatos de nível internacional de pesca à truta que se realizam no rio Alva, a jusante da Barragem das Fronhas; -----

Promover campanhas de divulgação a nível nacional e internacional dos produtos turísticos que a região pode oferecer, incluindo a sua gastronomia, do cabrito, bucho, enchidos, peixes do rio, filhós, queijo, mel, licores, aguardentes de bagaço e de mel, ervas aromáticas e a tigelada, doce típico de Côja;- -----

-----Quatro – Focar a atenção no desenvolvimento da dinâmica empresarial, base da sustentabilidade de muitas famílias e, obviamente, motor gerado do progresso local através da criação de postos de trabalho e de riqueza, contribuindo para o aumento demográfico e rejuvenescimento da população;-----

-----Apostar no desenvolvimento e ampliação da Zona Industrial da Relvinha, aproveitando a sua excelente localização geográfica e potencialidades de expansão;-----

-----No entanto, nos espaços empresariais / industriais não integrados em zonas Industriais deverão ser admitidas instalações de indústrias, desde que seja garantido o correto enquadramento ambiental paisagístico;-----

-----Outra das potencialidades do nosso Concelho que merece cuidada atenção é a fileira da Floresta, particularmente nas espécies do pinheiro bravo, eucalipto, castanheiro e carvalho e numa segunda linha os cogumelos e a apicultura; -----

-----Deve merecer particular ponderação o processo de degradação em curso devido à doença (nemátodo) que ataca sobretudo o pinheiro, de forma rápida e imparável e que coloca em causa o rendimento silvícola, autêntica catástrofe que parece não estar a ser objeto de especial atenção no âmbito da investigação científica, de forma a encontrar o adequado remédio; -----



Assembleia Municipal

----- É de realçar a recente instalação da empresa PINEWELLS, na Zona Industrial da Relvinha, produtora do combustível denominado PELETS, pois a mesma consome diariamente, cerca de 500 toneladas de madeira, lenhas e demais sobrantes da floresta, de diversas espécies, com predominância para o pinho;-----

----- Será uma boa forma, a par da biomassa para a produção de energia, de valorizar os produtos florestais, atenuado, de certa maneira, o enorme prejuízo que advém para os proprietários da grave doença que ataca a madeira do pinheiro;-----

----- Há que investir na sensibilização, informação e educação dos proprietários para o Associativismo de forma a que, por esta via, consigam ter acesso fácil e pouco oneroso aos meios técnicos para a recuperação e reabilitação dos ecossistemas florestais afetados pelos agentes bióticos nocivos;-----

----- Para tanto, é imperioso, por outro lado, proceder à revisão das taxas e burocracias que incidem sobre o licenciamento da mobilização de terrenos para novas plantações, isentar os proprietários do pagamento do IMI e apoiar com subsídios e reflorestação;-----

----- Cinco – A exploração do potencial para a produção de energias renováveis, sobretudo eólicos e de biomassa, deverá constituir, por parte de todas as entidades nacionais e regionais, uma premente preocupação;-----

----- A energia eólica já é uma realidade no nosso Concelho e pode ser um elemento impulsionados na criação de empresas ligadas ao setor, contudo, há que alargar os polos produtores desta energia, tendo em conta sempre o seu impacto ambiental;-----

----- Deve ser também equacionado e incentivado o setor da produção de energia foto voltaica, através de campanhas de sensibilização junto dos moradores, apostando assim no investimento da rede elétrica nacional de forma a que esta reúna condições técnicas para a receção da energia produzida;-----

----- A propósito, lembro que a referida empresa PINEWELLS, tem condições técnicas para aproveitar a energia do calor utilizado no fabrico das pelets, produzindo, simultaneamente, energia elétrica. Não podendo, contudo, fazê-lo porque a rede elétrica no local não tem capacidade de receção.-----



Assembleia Municipal

-----Seis – Finalmente, o nosso Concelho deve ser atrativo para fixar os habitantes e fazê-los sentirem-se bem e, depois ser capaz de atrair e fazer fixar novos habitantes e novas atividades; -----

Os valores, histórico, cultural e de identidade devem, acima de tudo, ser preservados e afirmados numa perspetiva de proporcionar a todos, níveis de qualidade de vida agradáveis e modelos urbanos nos quais a sua população se reveja; -----

----- Deverá haver a preocupação com o fácil acesso aos cuidados de saúde e à assistência médica, sobretudo nos aglomerados com maiores taxas de envelhecimento; -----

----- E apostar nas redes de infraestruturas e equipamentos de nível fundamental que promovem a qualidade de vida, apoiam a atividade económica e asseguram a otimização do acesso à cultura, à educação e à formação, à justiça, à saúde, à segurança social, ao desporto e ao lazer.” -----

----- Teve a palavra o **Senhor Deputado António Lopes**, para dizer “ quanto ao plano, saí de Lisboa no início da tarde de ontem, estou a ver que chegou lá ao computador às dezasseis horas, por isso não tive conhecimento, no entanto participei ou pelo menos enviei para a Câmara aí há um ano, ano e meio, algumas sugestões e espero que tenham sido incluídas porque se referiam a criação de postos de trabalho. Espero que o Plano aumente a habitabilidade nas zonas históricas de Arganil, Coja, nestas terras maiores, a zona centro está completamente desabitada e trave a habitabilidade ou a construção de prédios fora da zona urbana, porque isso são as despesas improdutivas, precisamos de estradas, de água, de esgotos, de energia, de todo um conjunto de investimentos que na maior parte das vezes é para servir uma habitação ou duas e pouco mais. Veja-se o que acontece em Espanha que todas as povoações crescem circularmente, por isso todo aquele investimento que é feito, é muito menor e muito mais rentabilizado. -----

----- Outro aspeto e este é capaz de ser difícil de incluir num Plano Diretor Municipal, eu estive há pouco em Arouca, não sei se conhecem, Arouca é uma terra como Arganil ou mais pequena, mas tem um aspeto extremamente interessante, é que em todas as ruas, nós andamos em dias de chuva ou dias de sol à vontade, não apanhamos nem o sol do Verão nem a chuva do inverno, porque todas as ruas têm o sistema de platibandas e arcadas que permitem que o transeunte esteja perfeitamente protegido das intempéries, ora as cidades, as vilas, os aglomerados populacionais podem perfeitamente ter isso, basta incluir no Plano Diretor Municipal que o rés-do-chão de cada prédio tem



Assembleia Municipal

de ter um sistema até para os comerciantes é muito mais vantajoso. Eu fiquei realmente admirado, como em Arouca foram capazes de implantar uma situação destas.-----

-----Outro aspeto, lembro-me que há relativamente pouco tempo veio a Portugal um arquiteto paisagista que fez um voo de helicóptero por cima da zona de Lisboa, Porto, Coimbra, por aí, zonas habitacionais disse ele, para reparar todos estes erros de destruição dos prédios e habitações a esmo, Portugal precisará de mais de um século, por isso espero que Arganil não esteja nesse grupo com esse plano.-----

-----Para terminar espero que sejam removidos deste plano, todos os impedimentos para que a fábrica do engenheiro Moreira possa progredir e ter o plano de proteção conveniente. Quanto às maravilhas que já ouvi do Plano, espero que daqui a dez anos, ver se o Plano é bom ou mau, porque só daqui a dez anos é que temos a noção se o Plano é um Plano conveniente para o país, para o Concelho de Arganil ou não, muito obrigada”.-----

-----Usou da palavra o senhor **Representante da Freguesia de Folques, Paulo Batista**, que na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou todos os presentes e de seguida referiu “como representante da freguesia de Folques, acompanhei, elaborei, houve a sessão de esclarecimentos na qual quero salientar a qualidade técnica dos esclarecimentos da altura, foi muito produtivo, foi uma pena não estarem mais pessoas presentes, mas infelizmente nestes casos nós já sabemos como é que isto funciona, pelo menos ao nível das Juntas de Freguesia e como tal a Junta teve que substituir-se um pouco pelas pessoas da freguesia, tendo analisado as possíveis alterações em toda a freguesia, sempre com o principal principio de incentivar a fixação das pessoas e melhorar as condições de vida das pessoas que já lá habitam. Foram feitas treze participações, destas treze participações que foram feitas na freguesia de Folques, dez são da Junta e três são de particulares e empresas. Foram aprovados sete, três favoráveis e quatro favorável parcial e seis reprovados, bem como ali o Senhor Presidente disse está na média do Concelho por aquilo que eu estou a ver, mas em relação à Freguesia de Folques a Junta de Freguesia gostava de ter tido mais participações aprovadas, obrigado”.-----

-----Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Luís Almeida**, “antes de ir ao ponto e àquele que para mim no meu entender é ou deveria ter sido o tema mais importante desta Assembleia, o qual



Assembleia Municipal

infelizmente só por volta do meio-dia é que começou a ser discutido e sobre isso só tenho a lamentar o tempo e sobretudo o tom utilizado por alguns que insistem em avivar fantasmas que são incapazes de ouvir e aceitar democraticamente uma resposta quando fazem uma pergunta parecendo mais preocupados em se ouvir apenas a si próprios como se fossem donos e senhores da razão. -----

----- Nós também tivemos eleições no final de dois mil e treze e dizer também que na minha opinião já é tempo suficiente para de cada um de nós interiorizar e aceitar o papel que o eleitorado nos confiou, bem como também entendo ser tempo suficiente para nos ajustar à cadeira e ao sítio que cada um ocupa nesta sala. -----

----- Relativamente ao PDM vou começar por parabeniza o trabalho técnico na pessoa da doutora Eduarda Figueiredo que é merecedor do nosso maior respeito, também aqui salientar o esforço embora muitas vezes sozinho ou quase sempre sozinho, do colega de bancada Rui Portugal, enquanto membro desta Assembleia Municipal, na Comissão de Acompanhamento do PDM, e como aqui ele já teve oportunidade de referir e ele fê-lo aqui publicamente noutras situações, disponibilizar-se não só com o seu e-mail pessoal, o seu contacto, para receber todos os contributos e mais algum e infelizmente criticas há muitas, mas contributos ou sugestões ele não teve nenhuma. -----

----- Indo ao que interessa, ao que verdadeiramente interessa, quero aqui manifestar o meu regozijo por termos finalmente a oportunidade de votar e conseqüentemente aprovar a Revisão do Plano Diretor Municipal, o PDM documento estratégico de planeamento e desenvolvimento do Concelho, demonstrador do compromisso assumido com o eleitorado arganilense em dois mil e cinco e que uma vez mais o executivo PSD se prepara para cumprir. Mera curiosidade ou talvez não, o facto de que o atual PDM tenha sido aprovado em mil novecentos e noventa e cinco, por outro executivo PSD, já lá vão quase vinte anos. -----

----- A Revisão do PDM constitui um longo e complexo processo cuja morosidade se explica através do envolvimento de múltiplas entidades públicas sujeitas a várias mudanças legislativas resultando num documento, cuja vontade não corresponde à de nenhuma entidade em particular, traduzindo-se num documento de cedência de possíveis consensos. Queria aqui uma vez mais saudar o apelo e a participação ativa das populações nas sessões públicas de esclarecimento realizada por todas as freguesias do concelho, traduzindo-se em trezentos e sessenta e seis contributos e sugestões, revelando-se fundamentais para sinalizar, discutir e mesmo corrigir algumas situações, permitindo reforçar a posição da Câmara junto das outras entidades sobre a importância de produzir alterações, contribuindo para melhorar substancialmente o PDM, tornando-o um documento de e para todos os



Assembleia Municipal

arganilenses. Como prova, o notável registo de quase setenta por cento de participações total ou parcialmente atendidas, demonstrador inequívoco da importância da participação e envolvimento das populações. -----

----- Como aspeto negativo ao longo de todo o processo, destacaria a postura por parte de alguns intervenientes do Partido Socialista, nomeadamente daqueles que no passado tiveram responsabilidades sobre a matéria, deixando cair os prazos e conseqüentemente caducar o processo de revisão do PDM, por vezes é muito fácil falar, difícil é fazer e verdade seja dita, os senhores pouco ou nada fizeram. -----

----- Não posso ainda deixar de manifestar estranheza pela diferença de posição dos vereadores do Partido Socialista, quando num curto espaço de tempo votaram favoravelmente o relatório preliminar, tendo posteriormente optado pela abstenção. -----

----- Em suma e o que fica para a história, tal como nestas Assembleias Municipais, o que fica é a Ata e a Ata explana aquilo que aqui é dito e feito. A análise efetuada pelo PS, resume-se a um mero exercício de correção de pontos e de vírgulas procurando esconder a falta de ideias com imprecisões temporárias próprias de um processo que se arrasta há demasiados anos e que uma vez mais coube ao PSD decidir, muito obrigada”. -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Fernando Vale** para referir “eu queria aqui manifestar o meu repúdio por algumas palavras que eu felizmente ouvi mal, acho que eu não ouvi tudo, mas quero manifestar aqui o meu repúdio pelas palavras que foram proferidas pelo senhor membro da Assembleia Municipal, Luís Almeida. É que ouve um dia que se chama vinte cinco de Abril em mil novecentos e setenta e quatro, que nos deu a capacidade e a liberdade de falar e de ouvir as opiniões dos outros, de sermos livres, de sermos tolerantes, portanto vivemos num regime democrático, temos a possibilidade de trocarmos ideias de forma cordata, de forma civilizada e evoluída. As ideias retrógradas, a arrogância e a sobrançeria, não se coadunam com o regime democrático e livre, essas já foram enterradas no vinte cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro e as suas palavras fazem-me recordar esse tempo”. -----



Assembleia Municipal

----- Teve a palavra o **Senhor Deputado Luís Gomes** que começou por cumprimentar todos os presentes na sua pessoa e de seguida proferiu “a minha intervenção é apenas para deixar aqui duas ou três notas que me parecem importantes na discussão deste ponto. -----

----- Sou com certeza a única pessoa presente aqui nesta Assembleia, que esteve na génese do Plano Diretor Municipal ainda em vigor e que agora vai ser revisto. Talvez melhor do que ninguém, conheço as dificuldades na altura e estou-me a reportar à década de oitenta, das dificuldades que encontrámos para elaborar esse plano, foi elaborado pela empresa PROFABRIL. Eu não sei quantas vezes me desloquei a Lisboa para que realmente o plano pudesse ser executado e tinha que ser executado porque de outra forma não teríamos acesso a financiamentos de fundos comunitários do então chamado FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Nessas deslocações foi preciso muitas reuniões com os técnicos da PROFABRIL, já agora só aqui um parêntesis, eu deslocava-me no meu carro porque a Câmara não tinha carro, mais tarde quando a Câmara comprou um carro, eu muitas vezes deixava-o à porta de casa, com certeza também estaria ao meu serviço particular, mas isto é apenas uma nota, mas realmente as dificuldades para a elaboração do Plano foram muitas e eu aqui não posso deixar de me congratular pelo trabalho que foi desenvolvido não só pelos técnicos da Câmara mas também pela equipa técnica que esteve nesta revisão, penso que é um trabalho válido. é evidente que esta revisão terá lacunas, deficiências, por isso é que num determinado período de tempo A posteriori, poderá ser objeto de uma revisão, nada na vida se consegue fazer com perfeição e se fazemos as coisas com erros é porque tivemos capacidade de as fazer e creio que chegar aqui a este ponto hoje, é dotar Arganil, o concelho, este nosso território com instrumento que lhe permitirá dar um salto de desenvolvimento que todos ambicionámos. -----

----- Eu ouvi com atenção a intervenção da bancada do Partido Socialista, onde à mistura à muita demagogia, palavras bonitas, palavras que creio que não estão bem enquadradas nem se podem enquadrar quando estamos a tratar de um processo tão importante, dizendo que é uma oportunidade perdida, o facto de estarmos aqui a aprovar este Plano, a dilação temporal que houve... Mas eu colocava esta questão, nos mandatos do Partido Socialista, o que é que foi feito, já que aqui foi dada esta nota, em relação à Revisão do PDM em vigor? E que isto é uma estratégia perdida porque isto não vai criar emprego. Quantos postos de trabalho criou o Partido Socialista nos dois mandatos anteriores? Zero, depois veem aqui agora de uma forma demagógica, dizendo que este instrumento realmente não tem validade para o Partido Socialista, é a ambiguidade perfeita. Eu terminaria dizendo apenas, que se aplica na intervenção feita da bancada do Partido Socialista, uma velha frase latina, mas aplica-se aqui mesmo com inteiro rigor “**Rés non verba**” eu explico para quem não estudou latim, “coisas, não palavras”, muito obrigada, senhor Presidente”. -----



Assembleia Municipal

----- Usou da palavra a **Senhora Deputada Arménia Coimbra** para proferir “para concluir e bem, senhor Deputado Luís Almeida, com muito desagrado oiço palavras que profere, escritas antecipadamente como todos tivemos oportunidade de ver, a criticar as vírgulas e a criticar as nossas críticas como se por antecipação ou adivinhação vossa excelência já soubesse quais eram as nossas observações. -----

----- A sua intervenção escrita e lida nesta Assembleia deixam ver que há sempre aí um tom de adivinhação e de crítica, que me desagrada e o que eu aplaudo é efetivamente dizer-se que o Vinte Cinco de Abril existe e porquê ao fim de quarenta anos ter que o recordar. Temos que o recordar infelizmente porque o Senhor Deputado Luis Almeida, começou a sua intervenção por nos lembrar que estas eleições autárquicas foram em dois mil e treze, já lá vão dois anos como se o executivo legitimamente empossado e em execução, tivesse uma carta-branca e não tivesse se quer, que submeter estes documentos à nossa apreciação, mesmo que em minora, foi o que o senhor disse. Portanto, é necessário lembrar quarenta anos depois, é Senhor Presidente que está a abanar com a cabeça que não, mas é Senhor Presidente, preciso dizer que isto é critica normal. Eu já estive em maioria e já estive em minoria e mais, estou habituada no meu quotidiano ao contraditório que muita gente não está e talvez seja o mau do nosso país e estou habituada a decisões que por vezes até são injustas, mas são as das circunstâncias do caso. -----

----- O Senhor Deputado Luis Almeida, ofende-nos quando começa por dizer que nós não devemos criticar, porque nós devemos lembrar que este executivo foi eleito á dois anos e que temos que aprender. Eu tenho um Governo legitimado e tenho um Presidente da Republica legitimado, mas tenho uma oposição legitimada e que às vezes também está correta e que se não existisse o outro que governa e que preside e aqui no caso concreto o Senhor Presidente, não estaria legitimado. A legitimação do Senhor Presidente da Câmara e deste documento, existe porque há a submissão á apreciação deste órgão ao documento, se não, não estaria legitimado. A lei diz-nos isto, porquê lembrar-nos numa intervenção sua que trás de casa preparada, começar logo por nos lembrar que há dois anos foram as eleições e que o Executivo tem direito a tudo. Pois tem e por isso é aprovado e por isso vai ter a maioria, mas vai ouvir a nossa declaração de voto. Desagrada-me ter que dizer isto, desagrada-me com esta idade Luís Gomes, sabendo que foi um dos homens do Vinte Cinco de Abril ter que dizer aquilo que também disse há pouco e disse bem e ensinou bem, e graças que nós estamos aqui como oposição, porque no dia em que Portugal não houver oposição nem que seja um



Assembleia Municipal

na minoria, estaremos todos muito preocupados com o que possa ocorrer, mas esses dias provavelmente não acontecerão”. -----

-----Pedi a palavra o Senhor Deputado Luis Almeida, que referiu “Senhor Presidente, eu não costumo e não sou grande adepto de Pingue-pongue, mas também não posso ficar calado, até porque e na próxima Assembleia terão oportunidade de ler a minha intervenção e houve aqui palavras que foram aqui colocadas e que eu não disse e isto quanto mais não seja das entre linhas e do carapuço, enfia-o quem quer.-----

Relativamente a questões de ilicções e democracia, eu de facto não vivi o Vinte Cinco de Abril de setenta e quatro, como não podia viver, tal como o colega da bancada da oposição Fernando Vale também não viveu, portanto aquilo que podemos ver ou é naqueles programas que a RTP tem passado naquele minuto ao fim do dia, ou é no youtube ou à procura na INTERNET, portanto sobre isso, longe de mim criticar a opinião seja de quem seja. Não vou continuar porque já aqui disse isto anteriormente, eu acredito em democracia, eu sou um social-democrata, pugno por ela e a minha intenção foi nesse sentido, de avivar a democracia, ou seja, quando nós fazemos uma pergunta temos que democraticamente aceitar uma resposta. Foi tão simplesmente aquilo que eu disse, tudo o que mais querem é colocar palavras na minha boca e a Ata da próxima Assembleia Municipal sugiro que a leiam. -----

----- Quanto à intervenção escrita, ela é tanto escrita como rabiscada, agora o trazer de casa ou não e fazer aqui quase que adivinho, ainda bem, é sinal que eu me preparo, que eu leio os documentos, que eu faço o trabalho de casa e que eu também acompanho aquilo que é o papel da oposição, seja nas reuniões de Câmara, seja tomadas de posições publicas, seja artigos da oposição, portanto eu não disse nada de novo e muito menos adivinhação, porque no fundo a vossa posição é mais do mesmo, muito obrigada”.-----

----- Usou da palavra o **Senhor Deputado Fernando Vale**, “foi interessante ouvir estas palavras do senhor membro da Assembleia Municipal Luís Almeida, eu disse o que não disse... Também é engraçado verificar que a sua vida se cinge desde o momento que nasceu para o futuro, portanto desconhece tudo o que se passou para trás, não conhece história, não conhece nada, apenas se cinge desde o momento que nasceu até ao futuro, é reconfortante saber isso, muito obrigada”.-----

-----Pedi a palavra o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça Rui Franco**, apenas para referir, “obrigada Senhor Presidente, não tinha intenção de intervir agora, mas terei que o fazer, até porque o meu colega de bancada Luís Almeida fez uma intervenção que



Assembleia Municipal

acho que os senhores e as senhoras da oposição se desviaram um bocadinho do sentido. O que ele referiu e eu percebi claramente, foi que houve uma falta de colaboração e de participação de V.Ex.as, agora e de quem vos antecedeu na revisão e na construção deste documento. Isso é que foi claro e foi isso que eu percebi disto tudo e esta conclusão é que fica aqui bem clara sobre isso. Obrigada”. ---

-----Pedi a palavra um elemento do público, mas o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Avelino Pedroso**, explicou que o senhor não poderia usar da palavra neste momento dos trabalhos, uma vez que o período para a intervenção do público é no início da Assembleia, como o senhor já tinha tido oportunidade de o fazer. -----

-----Continuou dizendo “antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, queria apenas referir aqui duas notas, a primeira é que toda a gente achou e acha importante a existência de um documento ordenador do território desta envergadura, a segunda é felicitar e agradecer ao doutor Rui Portugal a intervenção que fez em nome da Assembleia Municipal e depois também felicitar o executivo e todos os intervenientes neste processo pela maneira como foi conduzido, principalmente no aspeto mais relevante e aqui perdoem-me a ressalva, mas o anterior PDM, a primeira versão, deixou-nos a alguns de nós uma má memória e penso que este caminho que entretanto foi conduzido, terá percebido algumas das coisas que estavam em causa e nomeadamente estará mais de encontro ao desenvolvimento e à vontade da população. Nessa medida e foi por isso que eu também estou a usar da palavra, felicitar a maneira como amplamente foi discutido em sede de todas as freguesias como aqui foi reconhecido e acho que isso terá contribuído, julgo eu, para que esteja mais contentante com aquilo que são as realidade e as necessidades do nosso Concelho. -----

-----Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Ricardo Pereira Alves**, para proferir “eu gostaria muito rapidamente de dizer que sou um filho da democracia e da liberdade. Para mim democracia e liberdade é nós podermos criticar o outro e simultaneamente ter a inteligência e a capacidade de perceber que também podemos ser criticados, quer exerçamos funções no poder quer estejamos na oposição, isso é a essência, isso é a génese da democracia e da liberdade. é assim que eu a entendo é assim que eu a aprendi e é assim que quero continuar a viver na minha vida cívica e também naturalmente na minha vida política. -----

-----Foi aqui feita uma acusação ao Executivo relativamente ao tempo para ver estes documentos, Senhor Deputado Eugénio Fróis, nós não andamos a discutir a Revisão do PDM há um dia, houve uma versão que foi apresentada publicamente, foi alvo de discussão, foi alvo de um conjunto de



Assembleia Municipal

contributos das Juntas de freguesias, das pessoas, das instituições, também das forças políticas, portanto o documento é conhecido há muito tempo.-----

-----Faz exatamente hoje um ano, que a Câmara Municipal decidiu abrir o período de discussão pública da Revisão do Plano Diretor Municipal, por outro lado também aquilo que foi ontem remetido, tem a ver com alguns ajustes, relativamente a documentos que foram aprovados alguns deles à seis anos e portanto careciam de alguma atualização e só depois de termos a certeza que essa atualização podia ser feita sem comprometer as decisões que a comissão de acompanhamento tomou em devido tempo, é que fizemos chegar essas alterações, que são alterações de forma, não são alterações de conteúdo relativamente àquilo que são a estratégia para o Concelho. -----

-----Algumas das intervenções de alguns dos Senhores Deputados, repito de alguns dos Senhores Deputados da oposição deixam-me com um sentimento de absoluta estupefação, é que o Partido Socialista foi ao longo destes anos foram incapaz de produzir uma proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal. No ano dois mil iniciaram uma proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal que chegou este executivo à Câmara em Outubro de dois mil e cinco e quando questionou a Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional do Centro, sobre essa putativa Revisão do Plano Diretor Municipal, fomos informados que a Câmara Municipal não tinha apresentado nenhum documento junto da CCDR e portanto não havia nenhuma revisão em curso. Fico de facto perplexo e estupefacto, quando ouço o Partido Socialista fazer uma intervenção como hoje fez aqui quando foi absolutamente incapaz de apresentar uma proposta da Revisão do Plano Diretor Municipal e que se o tivesse feito em tempo útil, seguramente não teríamos esperado até vinte sete de junho de dois mil e quinze para ter a Revisão do Plano Diretor Municipal concluída é isso que eu gostava que ficasse aqui muito claro.

-----Por outro lado, tenho o maior respeito por todos aqueles que ficam no concelho para contribuir para a criação de riqueza, para a criação de progresso, para a criação de desenvolvimento. Tenho igualmente respeito por aqueles que partem à procura de melhores condições de vida por não terem todas as condições para poder permanecer. A maior das dificuldades em manter o mesmo respeito por aqueles que fazem discursos muito inflamados, por aqueles que fazem reflexões muito profundas sobre o inverno demográfico, sob o decréscimo da população, mas que na primeira oportunidade quando tinham condições para ficar, viraram as costas ao concelho, por esses confesso que não consigo ter o mesmo respeito que pelos anteriores. -----

-----O Plano Diretor Municipal, como eu referi na minha intervenção, é um instrumento de planeamento e foi um documento extremamente participado, extremamente que motivou uma



Assembleia Municipal

discussão muito aprofundada por todo o concelho, não gosto muito quando se fala aqui de alto e baixo concelho em parte este ou parte oeste do concelho, a nossa riqueza é o concelho todo, é a complementaridade da sua diversidade, é muito mais do que a soma de cada uma das freguesias, do que o norte ou o sul, do que o este ou o oeste, o nosso concelho é rico porque tem pessoas extraordinárias, tem instituições extraordinárias e tem um potencial enorme para se poder desenvolver.-----

----- Estamos convictos que esta proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal, como já tive ocasião de referir, não responde de todo às expectativas do Concelho, nem se quer da Câmara Municipal face ao espírito de compromisso que foi preciso fazer com as instituições dos organismos da administração central que têm uma visão muito própria e muito sectorial das matérias, mas é o compromisso possível e também é a concretização daquilo que era um compromisso em termos de ordenamento do território, adaptar o nosso instrumento de gestão territorial mais próximo, aquilo que são os desafios do futuro. Nessa perspetiva julgo que esse objetivo foi alcançado. -----

----- Apenas uma nota final sobre as intervenções do Senhor Deputado António João Lopes e do Deputado em representação da Junta de Freguesia de Folques, Paulo Batista, ao Senhor Deputado António João Lopes naturalmente que há um forte impulso para que o desenvolvimento se possa construir alicerçado aquilo que são os aglomerados urbanos e nos aglomerados rurais e naturalmente que não são permitidas as construções de prédios fora desses mesmos aglomerados. -----

----- Senhor Deputado Paulo Batista, eu ouvi com atenção a sua intervenção, de facto ouve um conjunto de propostas aceites, outras que não foram aceites, mas rematando esta intervenção e também dando de alguma forma, resposta àquilo que foi a pergunta do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça, a quem agradeço todas as palavras elogiosas que teve para com a Câmara Municipal e para com a equipa, eu queria apenas dizer-lhe que defendemos todas as propostas com o mesmo empenhamento e com a mesma determinação, algumas não foram possíveis, mas temos uma taxa de aceitação de quase setenta por cento e isso é significativo. -----

----- Queria apenas pedir ao Senhor Presidente da Assembleia, porque havia aqui a questão técnica da SOLALVA para responder, se permitia que o doutor João Rua e o doutor Alberto Pedrosa, a quem quero agradecer da equipa Síntese que nos acompanhou, pela qualidade do trabalho desenvolvido. Também uma palavra para o doutor Rui Portugal que me acompanhou na Comissão de Acompanhamento e testemunha o empenhamento do Executivo nesta matéria, porque fiz questão de estar em todas as reuniões plenárias da Revisão do Plano Diretor Municipal, o Presidente da Câmara



Assembleia Municipal

esteve presente em todas as reuniões plenárias, não delegou isso em nenhum Vereador, esteve sempre presente e que também reforça o empenhamento do Executivo na concretização deste projeto, muito obrigada Senhor Presidente”.-----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal Avelino Pedroso**, referiu que existe todo o interesse em que este esclarecimento da equipa técnica seja feito à Assembleia.-----

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis**, que usou da palavra para referir, “muito obrigada Senhor Presidente, é um gosto e ficaria mal se eu não dissesse o que vou dizer a seguir, o Senhor Presidente da Câmara sabe que o Deputado Eugénio Fróis é um deputado atento, ninguém questiona isso nem ninguém põe isso em dúvida, penso que todos sabem isso e naturalmente quando eu digo que houve falta de tempo, ouve falta de tempo, porque relativamente àquilo que foi público, eu fui anotando todas as informações que foram chegando e verificando as informações que foram recolhidas nas Freguesias, portanto quanto a isso estamos de acordo. Agora quando nos chega ontem, um conjunto de alterações tão significativas, isto significa que isto é um processo dinâmico e que é preciso tempo para analisar tudo isto, isto é o facto real, não estamos a inventar nada, são coisas concretas e também não posso deixar de terminar sem dar uma declaração de conteúdo prático, apesar da minha leitura a cem à hora feita ontem à noite, privando-me do meu tempo de lazer, ainda vou sugerir algo à equipa técnica que me parece que não está em conformidade. Nos documentos, objetivamente uma situação concreta, nos monumentos de classificação, á um de classificação e interesse nacional e outras classificações como bem sabem e eu estou a referir isto para nos podermos situar, fala-se de pelourinhos a nível concelhio e a classificação que vem é o Pelourinho de Vila Cova do Alva e o Pelourinho de Arganil, senhores técnicos verifiquem a opinião dos especialistas e a obra publicada sobre esta matéria em Arganil, e naturalmente que não é o Pelourinho de Arganil que merece essa referência. Peço-vos de facto que verifiquem isso porque de facto isso constitui naturalmente um erro”.-----

-----Foi dada a palavra à **Senhora Deputada Arménia Coimbra** que proferiu, “muito cirurgicamente, primeiro ponto, em minha interpretação as intervenções do Senhor Presidente da Câmara nas Assembleias Municipais, devem-se restringir às questões que são colocadas pelos Senhores Deputados, a Assembleia é dos Senhores Deputados, Membros eleitos presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia. As considerações que o Senhor Presidente da Câmara faz



Assembleia Municipal

extravasando essa matéria, eu considero-as indevidas e digo isso a propósito do seguinte, os senhores Deputados da sua bancada, não precisam do seu patrocínio defensor no sentido de quando faz intervenções políticas e apenas de indu-lo político e a criticar ou a censurar a intervenção da outra bancada política, não o deve fazer, no meu entender quando nós não nos dirigimos a si Senhor Presidente. Quando nós nos dirigimos a Si, o Senhor Presidente deve responder obviamente porque é a sua honra, o seu nome, a sua função, o seu exercício está em causa. As intervenções entre a bancada do PS que agora há pouco ocorreram e o Senhor Deputado Luís Almeida, não devem merecer a sua apreciação, sob pena de estarmos aqui a permitir que o Senhor Presidente da Câmara possa intervir politicamente questões que entre os Senhores Deputados são normais ocorrer, isto para lhe dizer que o tom que deu ao início da sua resposta, foi um tom de intervenção política mas que lhe fica muito bem no seu órgão Executivo, não aqui, eu pelo menos enquanto Deputada não considero que esteja aqui para ouvir as suas intervenções políticas. -----

----- Segundo ponto também muito cirurgicamente, disse o Senhor Presidente da Câmara que nunca viu o Partido Socialista apresentar um outro documento como versão alternativa, Senhor Presidente isso é pura demagogia fazer-nos esta afirmação. Não diga e não faça essa exclamação pelo seguinte, a máquina que a Câmara tem para apresentar este documento estruturante, tem custos, o senhor recorreu a técnicos e bem, o senhor acabou de citar dois prestigiados técnicos que estão aqui presentes, o Partido Socialista ou a bancada, não tem essa possibilidade, de fazer um documento estruturante, sob pena de lhe apresentar um rascunho, um resquício, é demagogia dizer que nós nunca apresentamos uma versão estruturante. Eu não tenho conhecimento que a bancada do Partido Socialista tenha sido convidada ou proposta para a Comissão de Acompanhamento, o elogio que faz ao Senhor Deputado Rui Portugal, fá-lo muito bem porque sei que é um homem de trabalho, de afinco e de empenho e não está nos lugares por estar. Está porque gosta de estar e se empenha neles, pergunto-lhe se alguma vez criou uma múltipla Comissão de Acompanhamento para que as bancadas que estão representadas ao longo do anterior e recente mandato pudessem contribuir para este documento.-----

----- Terceiro ponto e por fim, daqui a dois anos eu irei ver onde é que V. Ex^a vai exercer trabalho ou função, porque não encaixo nem quero encaixar a censura que faz àqueles que aqui não estão, não fixam, não trabalham e não criam aqui o emprego. Estaremos todos, espero eu daqui a dois anos para ver onde é que vai trabalhar, onde é que vai residir. Disse”.-----



Assembleia Municipal

-----Usou da palavra o **Senhor Deputado António Lopes** para referir, “ este documento é o documento mais importante para os próximos vinte anos da vida de Arganil. Eu fico sem saber se o que foi dito ao engenheiro Moreira quanto à empresa, se aquela não-aceitação da área de proteção, invalida o desenvolvimento da empresa. -----

-----Explicou o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Avelino Pedroso**, que a equipa técnica iria fazer esses esclarecimentos. -----

-----Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves** para proferir “ se me é permitido, porque pela convicção da Senhora Deputada Arménia Coimbra, o meu papel enquanto político e cidadão eleito pela maioria dos Arganilenses deve ser restringido nesta Assembleia Municipal. Não foi isso que eu aprendi sobre a democracia e sobre a liberdade e deixe-me que lhe dê nota dessa minha posição totalmente discordante com aquilo que acabou de afirmar.---

-----Em segundo lugar também dizer-lhe que para ficar claro, porque a Senhora Deputada tem também este talento e esta habilidade de interpretar de acordo com as suas conveniências com aquilo que os outros dizem. De facto aquilo que o Partido Socialista foi incapaz, foi enquanto executivo camarário maioritário, de produzir uma proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal quando iniciou em dois mil e em outubro de dois mil e cinco saiu e não estava o trabalho feito”. -----

-----Foi dada a palavra aos **técnicos, doutor João Rua e doutor Alberto Pedroso**, para fazerem os devidos esclarecimentos. -----

Começaram por cumprimentar todos os presentes e de seguida iniciaram a explicação “é com algum gosto que estou em Arganil, especialmente para discutirmos agora o Plano Diretor Municipal e vou tentar de uma forma muito sintética responder às questões e muito em concreto a da SOLALVA. -----Só duas notas antes, eu acompanhei com muito interesse a vossa discussão, mas gostaria também de deixar duas notas prévias importantes que se calhar vos pode ajudar noutras futuras discussões. -----

-----Os Planos por si só não mudam nada, são Planos, o que vai mudar o processo de desenvolvimento do vosso município e o vosso futuro são as políticas e as ações e isso é uma responsabilidade importante de todos vós enquanto elementos políticos. O Plano Municipal de Arganil



Assembleia Municipal

é uma proposta equilibrada no seu todo e encaixa multiplicidade de estratégias de desenvolvimento, nesse aspeto estejam descansados, é um plano equilibrado, agora não esperem do Plano coisas que ele não possa dar. Os Planos não resolvem os problemas nem da demografia, nem de investimento nem na criação de emprego, isso tem a ver com dinâmicas e iniciativas locais de desenvolvimento e é para isso que todos devemos trabalhar. -----

-----A questão da SolAlva é uma questão simples, empresas deste tipo que existem no concelho, são sempre tratadas ou foram tratadas assim no Plano Diretor Municipal: em três questões simples, feliz dos Municípios e das regiões que têm empresas deste tipo, é para enquadrar a sua actividade? É. É para permitir a sua ampliação caso seja necessário? É. É para criar condições que até possam vir a ser expandida se for necessário no futuro? É. Todas essas questões foram integradas no Plano Diretor Municipal. Como a Indústria está classificada em termos de actividade económica, portanto pode e tem enquadramento do Plano, toda a área da propriedade foi integrada em área da actividade económica e essa não estava no anterior Plano, houve necessidade de se proceder a uma serie de reuniões as quais o Senhor Presidente sempre esteve presente a nível de Lisboa para desafetarmos parte da área da Reserva Ecológica Nacional e foi desafetada, Dentro da área da propriedade tal como foi solicitado está classificado como atividade económica, pode ampliar e depois havia ali uma outra questão e terceira que me apercebi depois aqui na vossa discussão e que também faz algum sentido, a área de Proteção. A área de Proteção aqui, a Industria não precisa de ser protegida porque ela é compatível com a ocupação que tem ao lado e a ocupação ao lado também não precisa de ser protegida porque ela é compatível com a Industria que ali está, ou com a atividade que ali está.-----

-----Se eu coloca-se por exemplo um verde naquela área, à volta da parcela, o que é que se estava a dizer ou o que é que o Plano estava a dizer? No futuro, a Industria não pode sair da unidade ou da parcela em que está inserida e o proprietário que tinha o verde, recebia o ónus e o município a obrigação de desapropriar. -----

-----A classificação que tem hoje, permite o melhor dos mundos, se entenderem fazer uma faixa de proteção podem-no fazer, se entenderem ou necessitarem no futuro de terrenos para a ampliação podem-no fazer é compatível com a classificação de solo. -----

-----Um Plano Diretor Municipal só classifica o solo e a classificação que tem atualmente toda aquela zona, onde está a SOLALVA e a envolvente, permite a atividade económica como está hoje, permite a ampliação dentro da parcela e permite no futuro caso seja necessário a ampliação para o



Assembleia Municipal

exterior da parcela. Sobre esse ponto de vista o Plano diretor Municipal enquadró as preocupações que foram apresentadas e tidas em conta.-----

----- Na minha perspetiva sobre esse ponto, é uma não questão. Os Planos Diretores Municipais às vezes são difíceis de ler, porque isto trata-se de classificações de solo e entendimentos jurídicos a eles associados, não tem uma tradução direta das coisas. Devemos ter um bocadinho desta atenção e se calhar poderíamos fazer muitos mais debates sobre isso para sabermos qual é o âmbito do alcance do Plano Diretor Municipal porque nós não vamos encontrar lá as coisas muito em concreto.

----- Vou-vos dar um exemplo, não há estratégias em desenvolvimento turístico, os Planos Diretores Municipais hoje, não vão dizer aqui vai acontecer isto, aqui vai acontecer aquilo, eu não sei como é que a iniciativa privada ou a dos promotores vão agir, o que o Plano Diretor Municipal vai fazer e o seu principal objetivo, é não criar dificuldades ao que possa acontecer e hoje a indicação de todas as entidades para tratar o Turismo e hoje é um setor interessante, não vamos territorializar, não vou dizer que é aqui, ali ou acolá, é onde possa acontecer e definir regras para que as coisas possam acontecer. Desde que se respeitem determinadas regras, as coisas podem acontecer haja é dinâmica, a dinâmica é que tem que acontecer, isso é que é o desafio. O desafio não é dizer vou fazer isto, está bem isso todos os Municípios querem, não existe Município nenhum que não queira criar mais emprego, não existe Município nenhum que não queira atrair mais investimento, não existe Município nenhum que não queira ter uma zona Industrial cheia, isso toda a gente quer, o problema é como é que eu vou fazer isso. Isso não é um desenho, não é um plano, é bom que nós as tenhamos, mas é bom que o Plano permita espaço para que as coisas aconteçam. Mas as coisas acontecem quando eu implemento políticas e quando eu passo para a ação, esta é a perspetiva hoje de Planeamento em geral, em Arganil mas também em todos os Municípios do nosso país, é uma realidade diferente do que eram os Planos Diretores Municipais à dez ou quinze anos atrás, ou dos Planos à vinte ou trinta anos atrás feitos por autores. Os Planos não vão adivinhar nem vão desenhar o que vai acontecer no futuro, vão criar um quadro regulador, uma trama onde vão acontecer coisas e vão tentar não criar obstáculos, as políticas e a gestão política que é o que vocês fazem aqui enquanto órgão têm um espaço no Plano Diretor Municipal para criarem o melhor modelo de desenvolvimento mais adequado aos recursos que vocês têm no vosso Concelho e são muitos. Portanto as oportunidades estão aí, o Plano Diretor Municipal de Arganil não tem mais poder, que não seja iniciar uma nova oportunidade de desenvolvimento”.-----



Assembleia Municipal

-----O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal Avelino Pedroso** esclareceu mais uma vez ao senhor engenheiro Moreira, elemento presente do público que não pode usar da palavra neste momento dos trabalhos, tal como esclarece o regulamento da Assembleia Municipal. -----

-----Depois de todas as intervenções e feitos todos os esclarecimentos, o **Senhor Presidente da Assembleia, Avelino Pedroso**, colocou à votação a Revisão do Plano Diretor Municipal de Arganil, tendo a Assembleia Municipal aprovado, por maioria, e em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 79º, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e da alínea h) n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, essa Revisão do Plano Diretor Municipal de Arganil, com as abstenções dos Senhores Deputados Arménia Coimbra, Eugénio Fróis, António Simões, Cristina Figueiredo, Fernando Vale, Ana Rita Gonçalves, Paulo Baptista, Leonel Costa e António Lopes. -----

-----Deliberou ainda, que se mantém em vigor a Carta da Reserva Ecológica Nacional, aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 65/1996 de 9 de maio de 1996, até que a nova Carta da Reserva Ecológica Nacional seja publicada em Diário da República. -----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

-----De seguida a **Deputada Arménia Coimbra** leu a declaração de voto “ a versão final da Proposta da Revisão do PDM não apresenta instrumentos estrategicamente inovadores ambiciosos ou diferentes que permitam sustar o declínio demográfico ou alavancar o crescimento social e económico com base no emprego. Não apresenta qualquer forma de discriminação ou estímulo que permitam diferenciar este território das realidades vizinhas. -----

-----Dois - As opções tomadas no documento votado fundamentam-se na sua maioria em premissas atualmente desatualizadas, a título de exemplo, note-se o que no documento é referido quanto à Cerâmica Arganilense um projeto futuro para instalação de espaços comerciais e campos de jogos. Note-se o que é referido quantos às Aldeias de Xisto como sendo a Benfeita a única delas, ignorando-se nele a de Vila Cova da alva integrada na rede desde o ano de dois mil e onze. Note-se a referência no documento aqui o QREN dois mil e sete dois mil e treze é uma oportunidade para o Concelho quando já terminou há mais de um ano. Fala-se no documento em zonas industriais de nova geração, mas constata-se que se trata apenas de ampliação de espaços industriais já existentes. -----



Assembleia Municipal

-----Três – Não foram introduzidas no documento normas que permitam acautelar melhor os interesses do Concelho que permitam colmatar as graves lacunas do regulamento no que diz respeito às áreas de reserva de recursos geológicos. Assim consideramos manifestamente insuficientes as regras que constam do documento de regulamento aprovado para assegurar os objetivos estratégicos definidos no PDM e no relatório de fundamentações das opções do Plano. -----

-----Por fim e não menos importante do que aquilo que já se disse, o documento votado que é estruturante para o Município de Arganil não foi enviado aos membros desta Assembleia com a antecedência legal, com a antecedência necessária para a reflexão e análise que o mesmo merece.

Esta razão incontornável condiciona sempre em qualquer circunstância o voto consciente de um instrumento como este. Impunha-se que a Assembleia Municipal que o votaria, tivesse só esse ponto na sua agenda, impunha-se que os técnicos seus autores, o apresentassem e respondessem às questões que o mesmo suscita com tempo e antecedência. -----

----- É esta a declaração de voto da Bancada do Partido Socialista para a sua abstenção”. -----

-----Pedi a palavra o **Senhor Presidente da Câmara Ricardo Pereira Alves** apenas para explicar “tem a ver com um aspeto procedimental.-----

----- Esta deliberação tem eficácia está apenas condiciona á publicação da carta da REN em função do parecer que a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro, emitiu e que é habitual em todos os processos de Revisão do Plano Diretor Municipal. Dar apenas nota que a Comissão Nacional da REN já deu o parecer favorável ao documento e portanto ele será entretanto publicado. Muito obrigada Senhor Presidente.” -----

4)-Apreciação da Listagem de contractos plurianuais celebrados entre 15 de Abril de 2015 e 12 de Junho de 2015, no âmbito da Autorização Prévia genérica da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais – alínea c), do nº1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redacção (Lei dos compromissos e pagamentos em atraso).



Assembleia Municipal

5)-Análise e votação da proposta de adesão do Município de Arganil como membro da Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA). -----

----Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Ricardo Pereira Alves**, para proferir que “relativamente a este ponto da Associação Portuguesa de Drenagem de Água, que congrega todos os stay coolers do sector, entre empresas, autarquias, todas as entidades que actuam nestas esfera das águas e do saneamento e faz um trabalho importante e parece-nos relevante a autarquia aderir como membro desta associação.

----Depois do esclarecimento feito pelo Senhor Presidente da Câmara, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou à votação tendo sido aprovado pela maioria com uma abstenção, sendo do senhor Deputado António João Lopes.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

6)-Informação para conhecimento do Governo de Portugal – Secretário de Estado da Administração Local do Ofício sobre a transferência da Universalidade da Assembleia Distrital de Coimbra. -----

Esclareceu o **Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves**, dizendo “ saiu um novo documento legislativo em que há a transferência da universalidade dos bens que eram propriedade da Assembleia Distrital para as Comunidades intermunicipais e é esse o objecto do despacho do Senhor Secretário de Estado da Administração Local. Haverá depois uma análise muito rigorosa de cada um dos prédios, bem como dos montantes a transferir da Assembleia Distrital para a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, uma vez que há algumas divergências com alguns Municípios, mas no fundo é este o objecto do despacho do senhor Secretário de Estado”. -----



Assembleia Municipal

7) Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

ENCERRAMENTO

-----Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão, agradecendo a presença de todos, Senhores Deputados, Executivo, também aos elementos do stafe do Município e à Imprensa que aqui estiveram, desejando um resto de um bom dia e assim, declarou encerrada a sessão da qual, para constar, se lavrou a presente acta que eu, _____, 1º Secretário redigi, subscrevi e também assino.



Assembleia Municipal

ANEXOS